

207161

ESTADO DE MINAS GERAES



COMARCA DE ABAETÉ

1944.

1945

Juizo de DIREITO

Escrivão, Contagem

-AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE ESCRITURA E REIVINDICA-
-ÇÃO DE TERRAS -

-ASCANIO AFONSO DINIZ, OLINTO AFONSO DINIZ, JOSIAS AFON-
SO DINIZ, OSVALDO AFONSO DINIZ E OUTROS - AUTORES -

-JOSE GONÇALVES FILHO, BIBIANO PINTO FIUZA, HIGINO JOSE
VIANA E OUTROS..... REOS -

Cr. \$ 2.00

**MARTINHO ALVARES
DA SILVA CONTAGEM**

ESCRIVÃO DO 3.º OFFICIO
DO JUDICIAL E NOTAS

COMARCA DE ABAETÉ
MINAS

Aos vinte e cinco (25) dias do mez de abril -x-x-x-x-x-x-x- do Anno

do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chisto de mil novecentos e quarenta e quatro, -x- x-
nesta cidade de Abaeté, em meu cartorio, autuo a petição, quatro documentos e duas procu-
ções, -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-xxxxxx-x-x-x-x-x-x-x-x-x- documentos que seguem, do
que faço este termo. Eu, **MARTINHO ALVARES DA SILVA CONTAGEM**, escrivão, o subscrevi e assigno.

Dr. RODOLFO ARGOLO
ADVOGADO

Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de
Abaeté.

*2
argolo*
Lg. e a., pago o mparto de causa, expuser
o mandado citatorio.
Nº 3. O terceiro oficio
Abaeté, 25-4-44
O. Valentim
Abaeté, 25 abril de 1944. Off 300
Valentim

ASCANIO AFONSO DINIZ, OLINTO AFONSO DINIZ, JOSIAS
AFONSO DINIZ, E OSVALDO AFONSO DINIZ, fazendeiros, residentes os dois pri
meiros no Carmo da Mata e os dois ultimos neste municipio, por seu pro
curador abaixo assinado, vêm requerer a citação dos abaixo arrolados,
residentes neste municipio, para responderem aos termos de uma ação ordi
naria, de nulidade de escrituras, em que os suplicante provarão, sendo
necessario:

1º

Que em nove de fevereiro de 1937, o Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua
mulher, D. Francelina Candida Diniz, residente no Carmo da Mata, constitui
ram seu procurador o Snr Inacio Afonso Diniz, casado, residente em Dorés
do Indaiá, para o fim especial e unico, de vender ao Snr LICURGO JOSÉ
DE BASTOS, fazendei, casado e residente na ocasião em Abaeté, e atualmente
no Carmo da Mata, uma sorte de terras, de quinze alqueires de cultura e
vinte de campo, na fazenda Nossa Senhora da Penha do Careta, situada no
municipio de Abaeté, pelo preço de seis mil cruzeiros, confrontando com
terras de F. Messias, João Raso, Miguel Rodrigues Braz, Pedro Marques Filh
Francisco Guimarães, viuva e herdeiros de Dr. Jacinto Alvares da Silva
Campos e terras dos vendedores; **DOC nº 1.**

2º

Que de fato, em 19m de fevereiro de 1937, mas notas do cartorio do 1º-
oficio da Comarca de Abaeté, o outorgado Inacio Afonso Diniz, na quali
dade de procurador do Coronel Olinto Ferreira Diniz e de sua mulher,
passou a escritura de venda dos terrenos acima mencionados, 15 alquei
res de cultura e vinte de campo, ao Snr Licurgo José de Bastos, com as
confrontações constantes do documento junto. **Doc nº 2.**

3º

Que com esta escritura ficou terminado o mandato que lhe foi conferido pelos outorgantes, pois o outorgado cumpriu o que lhe foi determinado expressamente;

4º.

Que o outorgado Inacio Afonso Diniz, ainda de posse da procuração que lhe foi conferida pelos outorgantes, e sem mais poderes expressos em outra procuração, a chamado de Licurgo José de Bastos, em 7 de junho de 1937, nas notas do cartorio do 1º officio, passou ao mesmo uma escritura de retificação da escritura de compra e venda, na qual consta uma parte de terras: "de 15 alqueires de cultura e 20 de campos dividindo com varios, e ^{não} com os vendedores.

5º

Que apesar de constar nessa escritura uma parte de 15 alqueires de cultura e 20 de campos, as divisas dadas abrangem uma area de mais de cem alqueires geometricos;

6

Que Licurgo José de Bastos para receber a escritura de rectificação usou de má fé, pois na primeira escritura, diz "confrontando com terras dos vendedores e na outra não existe essa confrontação e diz que os marcos foram cravados de comum acordo, o que não é verdade, pois na procuração não se encontram poderes para vender terras divididas.

7º

Que o terreno vendido a Licurgo José de Bastos, ou por outra, o terreno dado ao mesmo, ficou dentro das terras pertencentes aos vendedores, sem marcos, nem divisas certas, pois apenas lhe foram vendidos os 15 alqueires de cultura e 20 de campos;

8º

Que Licurgo José de Bastos logo apos receber essa escritura de rectificação vendeu as ditas terras a José Gonçalves Filho, por escritura transcrita sob nº 2.353 Liv 3H e a Bibiano Pinto Fiuza, por escritura registrada sob nº 2663 Liv 3 l.

Que sendo essa escritura de rectificação nula de pleno direito, por falta de poderes conferidos ao outorgado Inacio Afonso Diniz, deve a presente ação ser julgada provada e procedente, afim de ser julgada nula a escritura passada em 19 de, digo 7 de junho de 1937, ficando apenas valida a venda dos 15 alqueires de cultura e 20 de campos na citada fazenda

Nestes termos, dando o valor de dez mil cruzeiros a causa, requerem a V.Ex. se digne mandar citar os abaixo arrolados, para responderem aos termos da presente ação ordinaria de nulidade de escritura e reivindicação das terras que se encontram em seus poderes, contestarem a mesma dentro do praso, chamarem á autoria Licurgo José de Bastos, acompanharem todos os termos da causa até final sentença e sua execução.

Protestam por todo genero de provas admitidas em direito, vistorias, precatorias, depoimentos pessoais dos citados, etc. na forma da lei.

Em tempo, o valor da causa e de Rs 50.000,00

P.deferimento, sendo esta D.A.

Com uma procuração. e certidões.

Abaeté,



de 1944

Bastos
N. 401



NOMES.

RESIDENCIAS.

- Jose' Gonçalves Filho e suas mulheres
Bibiana Pinto Figueira
Elizina Jose' Viana
João Ferreira de Abater Filho
Pedro Jose' de Alcântara
Jerônimo Justino da Silva
Antonio Ferreira da Costa
João Alves Moisés
Arthur Ferreira da Silva
- Todos são residentes neste município na fazenda da Nossa Senhora do Carmo.

Good for colds & flu

Belgium Dental Surgeon

Republica dos Estados Unidos do Brasil

Município de ABAETÉ



Estado de Minas Gerais

REGISTRO DE IMOVEIS

LEI FEDERAL 4.827 E REG. 18.642 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1928

Art. 228 — Em todas as escrituras e atos relativos á imóveis, os tabeliães e escrivães farão referencia ao registro anterior, seu numero e cartorio, bem como nas declarações de bens prestados em inventarios e nos atos de partilha.

Art. 206 — Si o imóvel não estiver lançado em nome do outorgante, o oficial exigirá a transcrição do titulo anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro.

ORLANDO JOSÉ DE ANDRADE,

Oficial do Registro de Imóveis da com-

marca de Abaeté.

Certifico que a fls. 31, do livro n. 3-L, foi feita

hoje sob n. 5.333, a transcrição do imóvel seguinte: - Nº anterior: -

82. CIRCUNSCRIÇÃO: - Distrito da cidade de Abaeté. DENOMINAÇÃO: - Fazenda "NOSSA SENHORA DA PENHA DO CARETA". CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: - Um terreno com a área de treis mil e setecentos e dois hectares e sessenta ares (3.702,60) de terras de culturas e campos; uma casa de morada, séde da fazenda, paiól, casa de despejo, curral, céva, uma pequena lavoura de café e mais duas casas de morada, menores, cobertas de telhas, - cujas divisas e confrontações constam da escritura ora transcrita, - ficando esclarecido que, dentro do círculo acima descrito, acham-se cento e sessenta e nove hectares e quarenta ares (169,40) de terras, pertencentes ao senhor Licurgo José de Bastos, terras essas que confrontam com Francisco Messias, João Baso, Miguel Rodrigues Braga, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viuva e herdeiros de Jacinto Álvares da Silva Campos e com os outorgantes. ADQUIRENTES: - Ascânio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e Osvaldo Afonso Diniz, agricultores, os dois primeiros domiciliados em Carmo da Mata, neste Estado, o terceiro no município de Boreas do Indaiá, também neste Estado, e o último neste município de Abaeté. TRANSMITENTES: - Olinto Ferreira Diniz e sua mulher D. Francelina Cândida Diniz, fazendeiros, residentes em Carmo da Mata. FORMA DO TÍTULO: - Escritura pública lavrada em 7 de Agosto de 1.943, pelo Tabelião de Carmo da Mata, Fausto José Bernardes. TÍTULO: - Compra e venda. VALOR: - Duzentos e cincoenta mil cruzeiros (Cr. \$250.000,00). CONDIÇÕES: - Os bens acima descritos e caracterizados, são vendidos, aos quatro outorgados já referidos, em partes iguais. Abaeté, 13 de Setembro de 1.943. A sub-oficial, Olga Iris de Andrade. O Oficial, Orlando José de Andrade. (Estava devidamente selada). O referido é verdade, do que dou fé. ABAETÉ, Setembro de 1.943.

Orlando José de Andrade



Fausto José Bernardes

Oficial do Registro Civil
Tabelionato

CARMO DA MATA-MINAS

Livro 50º de Notas

Fls.23v./29

1º Traslado

"ESCRITURA PUBLICA de compra e venda de bens de raiz, entre partes-Ascanio Afonso Diniz e outros, como compradores, e Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, como vendedores, na forma abaixo:-

SAIBAM quantos esta publica escritura de compra e venda de bens de raiz virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta e treis, aos sete dias do mês de Agosto do dito ano, nesta cidade de Carmo da Mata, compareceram em meu cartorio as partes justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes vendedores, -Olinto Ferreira Diniz e sua mulher dona Francellina Candida Diniz, fazendeiros, domiciliados e residentes neste municipio; e de outro lado, como outorgados compradores- Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e Osvaldo Afonso Diniz, agricultores, os dois primeiros domiciliados nesta cidade, o terceiro no municipio de Dôres do Indaiá e o ultimo no de Abaeté, partes conhecidas de mim, tabelião, e das duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, tambem minhas conhecidas, do que dou fé; perante as quais, pelos outorgantes Olinto Ferreira Diniz e sua mulher me foi dito que vendem, como de fato vendidos têm, aos outorgados Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e Osvaldo Afonso Diniz, pelo preço certo de DUZENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS (Cr.\$250.000,00), que declararam já haver recebido dos mesmos outorgados, em moeda corrente nacional, pelo que lhes dão a competente quitação, os seguintes bens, que houveram por compra a Pedro Lino de Souza e sua mulher, conforme escritura publica registrada no Lº 3º F, pags.165, sob nº 82, do registro de imoveis da comarca de Abaeté, os quais bens possuem livres de quaisquer onus, mesmo de impostos: um terreno com a area de treis mil setecentos e dois hectares e sessenta ares (3.702,60,00 hect.) de terras de culturas e campos, na fazenda "NOSSA SENHORA DA PENHA DO CARÊTA", situada no distrito da cidade de Abaeté, neste Estado, com as seguintes divisas e confrontações:- começam na barra do ribeirão do "Carêta" com o ribeirão da "Marmelada", confrontando com Francisco Teodoro da Costa (Fifi-

co); pelo ribeirão do "Marmelada", acima, até a ponta de uma cerca de arame, ainda em confrontação com Fifico; voltando á esquerda, seguindo pela dita cerca, até o riacho da "Taquara"; por este acima, até a sua cabeceira, em uma cerca de arame; por esta cerca, acima, até encontrar as divisas de herdeiros de Antonio Isabel, até aí sempre divisando com Fifico; pelas divisas destes herdeiros, até as de João Pedro, sempre por cerca de arame; pela cerca, com João Pedro, até a cabeceira do corregozinho do "Batista"; por este, abaixo, até o ribeirão da "Marmelada"; por este, acima, até confrontar com o espigão mestre que divide a fazenda do "Marmeladinha", sempre em divisa com João Pedro; pelo espigão, acima, sempre aguas vertentes, e por cerca de arame, confrontando com João, digo, com José Barroso, até um marco, divisa com Zacarias José de Rezende; seguindo sempre pelo espigão, aguas vertentes, em divisas com Zacarias, até alcançar as divisas da fazenda do "Capão", propriedade de Antonio Zacarias; pelas divisas deste, por cerca de arame, até confrontar com Francisco Messias, João Raso, Miguel Rodrigues Braga, Pedro Marques Filho, até as divisas de Francisco Guimarães; daí, por cerca de arame, sempre aguas vertentes, e em divisa com a viúva e herdeiros do doutor Jacinto Alveres da Silva Campos, até as divisas da fazenda do "Padre Vital"; seguindo por cerca de arame, aguas vertentes, até as divisas de Francisco Teodoro da Costa (Fifico); descendo sempre pelo espigão, divisando com Fifico, á esquerda, até o "Estreitinho"; daí, em linha recta, até a nascente do corregozinho chamado "Pasto das Aguas"; por este, abaixo, até o ribeirão do "Carêta"; por este, abaixo, até a sua barra com o "Marmelada", onde tiveram principio as divisas, fazendo parte da presente venda, já estando incluídas no prego já mencionado, as seguintes bemfeitorias: uma casa de morada, séda da fazenda, paiol, casa de despejo, curral, céva, uma pequena lavoura de café e mais duas casas de morada, menores, cobertas de telhas; pelos outorgantes vendedores me foi dito, ainda, em presença das mesmas testemunhas, que os bens acima descritos e caracterizados são vendidos aos quatro outorgados já referidos, em partes iguais; pelos mesmos outorgantes foi declarado, finalmente, que, dentro do circulo acima descrito, acham-se cento e sessenta e nove hectares e quarenta ares (169,40,00 hect.) de terras, que venderam ao senhor Licurgo José de Bastos, por escritura de 19 de fevereiro de

2

Fausto José Bernardes

Oficial do Registro Civil
Tabelionato

CARMO DA MATA-MINAS

1937, lavrada nas Nótas do tabelião Machado de Andrade, da cidade de Abaeté, terras essas que confrontam com Francisco Messias, João Raso, Miguel Rodrigues Braga, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viúva e herdeiros de Jacinto Alvares da Silva Campos e com os próprios outorgantes; transmitiam, desde já, aos outorgados compradores, toda a posse, jús, domínio, direito e ação que tinham nos bens ora vendidos, ex-vi da clausula constituti, e se obrigam a responder pela evicção de direito, além de garantirem venda boa, firme e valiosa, a todo o tempo; pelos outorgados Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e Osvaldo Afonso Diniz me foi dito, então, em presença das mesmas testemunhas, que na verdade se acham contratados com os outorgantes sobre a presente escritura, aceitando-a pelo preço já mencionado e pela forma por que está redigida, por estar de pleno acôrdo com o que ajustaram com os outorgantes, apresentando-me o talão e a certidão dos teôres seguintes: - "Renda do Estado de Minas Gerais. Exercício de 1943. Nº 584.989. Imposto de transmissão "inter-vivos". 9% s/Cr. \$250,000,00 - \$22.500,00. 4 inscrições - \$20,00. Selos do conhecimento e da guia - \$7,00. Total - \$22.527,00. A folhas do livro de receita fica debitada ao coletor a importância de vinte e dois mil quinhentos e vinte e sete cruzeiros recebida de Acacio Afonso Diniz e outros, proveniente do imposto de transmissão "inter-vivos", sobre Cr. \$250.000,00, por quanto compram ao Cel. Olinto Ferreira Diniz uma propriedade agrícola situada na fazenda do "Carêta", / distrito, constituída de 3.702,60 ares de terras e benfeitorias diversas. O comprador é Ascanio Afonso Diniz. Coletoria Estadual de Abaeté, 9 de abril de 1943. O Coletor, Antonio J. Freitas. O Escrivão, Vago". Certidão - "Certifico que o transmitente acha-se quites nesta Coletoria, quanto aos impostos que gravam os imóveis transferidos, a que se refere o presente talão. Abaeté, 9 de de Abril de 1943. Antonio J. Freitas". (Acertidão estava no verso do talão de transmissão nº 584.989, já transcrito, e selada com Cr. \$5,00 e selo de Educação). No ato desta, compareceram os seguintes filhos, genros e nórás dos outorgantes Olinto Ferreira Diniz e Francisilina Candida Diniz, os quais declara-

ram que davam o seu expresso consentimento para a realização da venda a que se refere a presente escritura, uma vez que os outorgados são filhos dos outorgantes e, assim, irmãos e cunhados deles, declarantes: - Jaci Afonso Diniz e sua mulher dona Elza Lobato Diniz; Celis Afonso Diniz, solteira; Diamante Notini Rodrigues Diniz, casada com o outorgado Ascânio Afonso Diniz; Beralda Diniz Olivé, viúva; Ruth de Castro Diniz, casada com o outorgado Olinto Afonso Diniz; José Afonso Diniz, desquitado, por seu procurador doutor Amancio Ribeiro, conforme procuração mais adiante transcrita; Inacio Afonso Diniz e sua mulher dona Iracema Tamborindeguí Olivé, por seu procurador Licurgo José de Bastos (procuração mais adiante transcrita); Waldemiro Afonso Diniz, por seu procurador doutor Amancio Ribeiro (procuração mais adiante transcrita); Alfa Viana Diniz, casada com o outorgado Josias Afonso Diniz, por seu procurador doutor Amancio Ribeiro (procuração mais adiante transcrita); doutor Gabriel Andrade Janot Pachêdo e sua mulher dona Diva Diniz Janot Pacheco e Maria Afonso Diniz, solteira, por seu procurador Jair Cambrala de Abreu (procuração mais adiante copiada), digo, procurador Jaci Afonso Diniz (procuração mais adiante copiada); José Juvenal Borges e sua mulher dona Francelina Diniz Borges, por seu procurador Jair Cambrala de Abreu (procuração mais adiante transcrita). PROCURAÇÕES: - "Bivro 183. Fls. 50v. Procuração bastante que faz José Afonso Diniz. Saibam os que este publico instrumento de procuração bastante virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta e treis, aos dezanove dias do mês de Março, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, perante mim, tabelião, compareceu como outorgante em cartorio José Afonso Diniz, brasileiro, desquitado, comerciaro, residente em Paulo de Frontin, Estado do Rio de Janeiro, de passagem nesta Capital, reconhecido pelo proprio das duas testemunhas abaixo assindas, minhas conhecidas, do que dou fé; perante as quais, por ele foi dito que, por este publico instrumento, nomeava e constituia seu bastante procurador dr. Amancio Ribeiro, brasileiro, casado, advogado, residente em Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais, para assinar a escritura de compra e venda do imovel denominado Careta, sito nos municipios de Dôres do Indaiá e Abaeté, no Estado de Minas Gerais, na qual são vendedores Olinto Ferreira Diniz e sua mulher Francelina Candida Diniz

7
Cura
p. 3
Cura

CARMO DA MATA - MINAS

com o expresso consentimento, concordar com todas as cláusulas do contrato, e praticar todos os demais atos necessários para a realização e estabelecer esta. Assim o disseram, do que dou fé e pediram este instrumento, que li perante as testemunhas, aceitam e assinam com as mesmas testemunhas. Eu, Fausto José Bernardes, tabelião, o escrevi e dou fé. Carmo da Mata, 24 de Março de 1943. (aa.) Fausto José Bernardes, tabelião. Inacio Afonso Diniz. Iracema Tamborindeguy Diniz. Francisco Cambaria, digo, Francisco Diniz Cambráia. José Lázaro de Souza". (Selada com Cr. \$6,20 de selos federais, inclusive o de Educação e Saúde). TRASLADADA, no mesmo dia: Eu, Fausto José Bernardes, tabelião, o datilografei, conferi, subscrevo e assino, em publico e raso. Em ttº (sinal publico) da verdade. Fausto José Bernardes, tabelião." (Selada com cr. \$6,00 e selo de Educação). - "1º Traslado. Livro 13. Fls. 89. Procuração bastante que fazem Osvaldo Afonso Diniz e outros, na forma abaixo: Saibam quantos este publico instrumento de procuração bastante virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta e três, aos vinte e sete dias do mês de Abril do dito ano, nesta cidade de Carmo da Mata, compareceram em meu cartorio Osvaldo Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e sua mulher dona Alfa Viana Diniz, domiciliados e residentes em Jões do Indaiá, em transito por esta cidade, reconhecidos pelos proprios de mim, tabelião e das testemunhas adiante assinadas, Pedro de Freitas e José de Carvalho Ferreira, perante as quais, por eles outorgantes foi dito que, por este publico instrumento, nomeiam e constituem seu bastante procurador, onde necessario fôr e com este se apresentar, o doutor Amancio Ribeiro, advogado, brasileiro, casado, residente nesta cidade, com poderes para assinar a escritura de compra e venda do imovel denominado "Carate", sito nos municipios de Abaeté e Jões do Indaiá, neste Estado, na qual são vendedores Olinto Ferreira Diniz e sua mulher dona Franceline Candida Diniz, e compradores o 1º e o 2º outorgantes e seus irmãos Necanio Afonso Diniz e Olinto Afonso Diniz, podendo para tanto concordar com todas as cláusulas, da mesma dando expresso consentimento á sua realização e praticando quaisquer atos que forem necessarios. Assim o disseram, do que dou fé e

...ação ... (sinal publico) da verdade. O tabelião, Ari Feliz no-
nem Baía". (Selada com Cr.\$6,20 e selo de Educação e Saúde). "Livro 38.
... 1943. ... que faz Dr. Gabriel Andrade
... de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta e
treis, aos seis dias do mês de abril, nesta cidade de Barra do Piraí, Es-
tado do Rio de Janeiro, da Republica dos E.U.do Brasil, perante mim, ta-
belião, compareceram como outorgantes dr. Gabriel Andrade Janot Pacheco,
engenheiro e sua mulher d.Diva Diniz Janot Pacheco, Celis Afonso Diniz,
Maria Afonso Diniz, solteiras, maiores, sui-juris, residentes em Minas Ge-
rais, de passagem por esta cidade, todos brasileiros, reconhecidos das
duas testemunhas abaixo assinadas, e estas conhecidas de mim, do que dou
fé; perante estas pelo outorgante foi dito que, por este publico instru-
mento, nomeia e constitue seu bastante procurador a Jaci Afonso Diniz,
brasileiro, lavrador, residente no Estado de Minas Gerais, com po-
deres especiais para, em nome dos outorgantes, anuir expressamente na
... e pais dos outorgantes, Clinto Ferreira Diniz e
... de Dôres do Indaiá e Abaeté, ...
do casal de nomes Ascanio, Clinto, Josias e ...
de alienação em apreço, que em nada afete o direito deles outorgantes,
... do que dou fé e me pediu este instrumento, que lhe li, acen-
... com as testemunhas e tudo presentes Francisco de Paula
... e Francisco Di Biase, meus conhecidos. Eu, Maria das Dôres Leal de
... escrevente de Justiça, que escrevi. Eu, Joaquim Ovidio dos
... Melo, tabelião, que subscrevi. Barra do Piraí, 6 de abril de 1943.
Gabriel Andrade Janot Pacheco. Diva Diniz Janot Pacheco. Maria Afonso
... Celis Afonso Diniz. Francisco de Paulo Moura. Francisco Di Biase.
(... e devidamente inutilizadas estampilhas federais no valor de
... Cr.\$12,20, sendo uma de Educação e Saúde, além de Cr.\$0,60 de
... do tabelião, que subscrevo e assino ...
(sinal publico) da verdade. Joaquim Ovidio dos ...
... de Barra do Piraí, 6 de abril de 1943, ...

9
Buckley
S. J. P.
Buckley

CARMO DA MATA - MINAS

...e testemunhas, outorgaram, aceitaram e
assinaram com as devidas testemunhas, e como os presentes - Francisco
Morato de Assis e Jaci Notini. - , para o qual se arca, e
assim, o escrevi e se dá, declarando, em tempo, que a escritura
está lavrada em casa de residência dos interessados, para ciência,
e conhecimento. (ss.) Quinto Testeiro de 1.ª. e 2.ª. e 3.ª. e 4.ª. e 5.ª.
Diniz. Afonso Diniz. Quinto Testeiro de 1.ª. e 2.ª. e 3.ª. e 4.ª. e 5.ª.
Oswaldo Afonso Diniz. Jaci Afonso Diniz. Elza Lobato Diniz. Elza Af-
fonso Diniz. Diamante Notini Rodrigues Diniz. Beralda Diniz Olivé. Ruth
de Castro Diniz. P.p. Amancio Ribeiro. P.p. Licurgo José de Bastos.
P.p. Jaci Afonso Diniz. P.p. Jair Cambrás de Azevedo. Tta. Joaquim Pereira
Notini. Tta. Francisco Morato de Assis". (Pagou Cr. \$1.000,00 de sa-
los federais, por verba, conforme talão nº 107, expedido pelo Comissário
General de Oliveira, em 9 de Agosto de 1943, para o valor de Cr. \$1.000,00
de sa. (ss.)). TRASLADADA, hoje. Eu, Fausto José Benvenuto,
advogado, o autografei, conferi, subscrevi e assino, no presente e lido.

Carmo da Mata, 9 de Agosto de 1943.

Em 11.º de Agosto de 1943.

Fausto José Benvenuto,
advogado.



10
Número: - 5.470

Página: - 66

Do Protocolo 1-D.

Apresentada em 13 de Setembro
de 1.943. O oficial,
Oreano José de Azevedo.

Registrada sob nú-
mero 5.333, fls. 31, do Livro 3-L.
Basta, 13 de Setembro de 1.943.

O oficial do Registro de
Imóveis, Oreano José de Azevedo.

O, 8441.40

Oceanic
"init

\$ 449,40

HE 949,00

PF.

2°
Procuração.

Pela presente procuração datilografada a nosso pei-
do e por nos assinada, constituímos nosso bastante procurador o Dr.
Rodolfo Argolo Castro, advogado, casado, residente em Dorés do Indaiá
para o fim especial de requerer e promover em juízo a divisão da
fazenda Nossa Senhora da Penna do Careta, oferecer agrimensor e
arbitradores e técnicos, fazer requerimentos, mover ações de nulida-
de de escritura, imissão de posse, ou quaisquer outras necessárias em
defesa dos nossos interesses, inquerir testemunhas, pedir depoimento
pessoal, interpor e acompanhar em qualquer instancia recursos, reque-
rer citações e notificações e enfim concedemos ao nosso procurador
todos os poderes admitidos em direito ad-juditia, o que tudo daremos
por firme e valioso em qualquer tempo.

DORÉS DO INDAIÁ, 31 de Janeiro de 1944

De aqui abaixo assinados
Antônio de Almeida Lima
Marcelo de Sousa Lima
Josias de Sousa Lima

Abonamos as firmas supra pelo pleno conhecimento que das
mesmas temos.

Dorés do Indaiá, 24 de março de 1944

Rodolfo Argolo Castro
Aurora Costa Argolo

direito e ação, obrigar-se pelas cláusulas de estilo, receber o produto da venda, dar recibo, quitação e assinar a respectiva escritura. Concede todos os poderes em direito permitidos, para que em nome dêle, outorgante, como se presente fosse, possa em Juízo ou fóra dêle, requerer, alegar e defender todo o seu direito e justiça, em quaisquer causas ou demandas cíveis ou crimes, movidas ou por mover, em que êle, outorgante, fôr autor ou réu, em um outro fóro; fazendo citar, oferecer ações, líbelos, exceções, embargos suspeições e outros quaisquer artigos; contrariar, produzir, inquerir, reperguntar testemunhas, dar de suspeito a quem lho fôr; jurar decisória e supletoriamente na alma dêle outorgante; fazer dar tais juramentos a quem convier; assistir aos termos de inventários e partilhas, com as citações para êles; assinar autos, requerimentos, protestos, contra-protestos, e termos de inventários e partilhas, com as citações para êles; assinar, digo, e termos, ainda os de confissão, negação, louvação, desistência; apelar, agravar ou embargar qualquer sentença ou despacho e seguir êsses recursos até maior alçada; fazer extrair sentenças, requerer a execução delas, sequestros; assinar aos autos de conciliação, para os quais lhe concede poderes ilimitados; pedir precatórias, tomar posse, vir com embargos de terceiro senhor e possuidor; juntar documentos e torná-los a receber; variar de ações e intentar outras de nove; podendo substabelecer esta em um ou mais procuradores e os substabelecidos em outros, ficando-lhes os mesmos poderes em seu vigor e revogá-los, querendo; seguindo suas cartas de ordens e avisos particulares que, sendo preciso, serão considerados como parte desta. E tudo quanto assim fôr feito pelo dito seu procurador ou substabelecido, promette haver por valioso e firme, reservando para sua pessoa toda a nova citação. Assim o disse, do que dou fé e me pediu êste instrumento que lhe lí, aceitou e assina, sobre uma estampilha federal de dois mil réis, com as testemunhas abaixo

2º
Procuração.

Pela presente procuração datilografada a nosso pedido e por nos assinada, constituímos nosso bastante procurador o Dr. Rodolfo Argolo Castro, advogado, casado, residente em Dorés do Indaia para o fim especial de requerer e promover em juízo a divisão da fazenda Nossa Senhora da Penha do Careta, oferecer agrimensor e arbitradores e técnicos, fazer requerimentos, mover ações de nulidade de escritura, imissão de posse, ou quaisquer outras necessárias em defesa dos nossos interesses, inquirir testemunhas, pedir depoimento pessoal, interpor e acompanhar em qualquer instancia recursos, requerer citações e notificações e enfim concedemos ao nosso procurador todos os poderes admitidos em direito ad-judicia, o que tudo daremos por firme e valioso em qualquer tempo.

DORÉ DO INDAIA, 31 de Janeiro de 1944

Declaro que as firmas
Abílio de Almeida Lima
Arnaldo de Sousa Lima
Josias de Almeida Lima


Abonamos as firmas supra pelo pleno conhecimento que das mesmas temos.

Dorés do Indaia, 24 de março de 1944

Rodolfo Argolo Castro
Aurora Costa Argolo

Escritura verdadeira e sua firma de
dr. Rodolfo Prigolo Castro e d. Aurora
Costa Prigolo, por pleno conhecimento. Doufe!

Dona de Idade 44 de Abril de 1944

Em testo. 




1924

482

Vol 42 -

3º

12
12/11/371
Aumair

ORLANDO JOSÉ DE ANDRADE,

Escrivão do Judicial e Notas do primeiro Ofício e Oficial do Registro de Imóveis nesta cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

C E R T I F I C O e dou fé que, revendo em meu cartório o arquivo das guias, talões e mais documentos das escrituras lavradas no cartório do Tabelião do primeiro ofício de Abaeté, verifiquei constar a procuração do seguinte teor: - Fôlhas número cento e sessenta e seis. Livro número vinte e seis. República dos Estados Unidos do Brasil, Cartório Everardo Vieira- quarto ofício de Notas. Belo- Horizonte. PRIMEIRO traslado da PROCURAÇÃO bastante que fazem OLINTO FERREIRA DINÍZ e sua mulher. SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil e novecentos e trinta e sete, aos nove dias do mês de Fevereiro de mil e novecentos e trinta e sete (1.937), nesta cidade de Belo- Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, da República dos Estados Unidos do Brasil, perante mim Tabelião, compareceram como outorgantes Olinto Ferreira Diníz, fazendeiro, e sua mulher D. Francelina Cândida Diníz, residentes nesta cidade, reconhecidos pelo próprio de mim Tabelião e das duas testemunhas abaixo nomeadas, também de mim conhecidas de que dou fé; e, perante as quais, por ele foi dito que, por este público instrumento, nomeia e constitue seu bastante procurador, Inácio Afonso Diníz, casado, fazendeiro, residente em Dolores do Indaiá, neste Estado, com poderes especiais para, em nome dêles, outorgantes, vender uma sorte de terras de campo e cultura, na fazenda do "CARÊTA", município de Abaeté; de propriedade dos outorgantes, podendo o procurador fazer a venda para quem julgar conveniente e pelo preço de seis contos de réia (6:000\$000)- transmitir posse, domínio,

direito e ação, obrigar-se pelas cláusulas de estilo, receber o produto da venda, dar recibo, quitação e assinar a respectiva escritura. Concede todos os poderes em direito permitidos, para que em nome dêle, outorgante, como se presente fosse, possa em Juízo ou fóra dêle, requerer, alegar e defender todo o seu direito e justiça, em quaisquer causas ou demandas cíveis ou crimes, movidas ou por mover, em que êle, outorgante, fôr autor ou réu, em um outro fôro; fazendo citar, oferecer ações, líbelos, exceções, embargos suspeições e outros quaisquer artigos; contrariar, produzir, inquerir, reperguntar testemunhas, dar de suspeito a quem lho fôr; jurar decisória e supletoriamente na alma dêle outorgante; fazer dar tais juramentos a quem convier; assistir aos termos de inventários e partilhas, com as citações para êles; assinar autos, requerimentos, protestos, contra-protestos, e termos de inventários e partilhas, com as citações para êles; assinar, digo, e termos, ainda os de confissão, negação, louvação, desistência; apelar, agravar ou embargar qualquer sentença ou despacho e seguir êsses recursos até maior alçada; fazer extrair sentenças, requerer a execução delas, sequestros; assinar aos autos de conciliação, para os quais lhe concede poderes ilimitados; pedir precatórias, tomar posse, vir com embargos de terceiro senhor e possuidor; juntar documentos e torná-los a receber; variar de ações e intentar outras de nove; podendo substabelecer esta em um ou mais procuradores e os substabelecidos em outros, ficando-lhes os mesmos poderes em seu vigor e revogá-los, querendo; seguindo suas cartas de ordens e avisos particulares que, sendo preciso, serão considerados como parte desta. E tudo quanto assim fôr feito pelo dito seu procurador ou substabelecido, promette haver por valioso e firme, reservando para sua pessoa toda a nova citação. Assim o disse, do que dou fé e me pediu êste instrumento que lhe lí, aceitou e assina, sôbre uma estampilha federal de dois mil réis, com as testemunhas abaixo

1.3
B. 100
2
Aunad

reconhecidas de mim Tabelião, José Fagundes da Silva e Antônio A. de Oliveira. EU, Everardo Vieira, quarto tabelião, a escreví e assino. Belo- Horizonte, nove de Fevereiro de mil e novecentos e trinta e sete (1.937). (a) Everardo Vieira). (sôbre dois mil e duzentos réis de selos federais). (a-a) Olinto Ferreira Diníz. Francelina Cândida Diníz. José Fagundes da Silva. Antônio A. de Oliveira. TRASLADADA em seguida. EU, Paulo da Cunha Pereira, escrevente juramentado, a trasladei. EU, Everardo Vieira, quarto Tabelião, o subscrevo e assino, em público e raso. Em testemunha (Estava o sinal público) de verdade. (a) Everardo Vieira. ERA o que se continha em a dita procuração, aqui bem e fielmente transcrita, do próprio original, ao qual me reproto e dou fé, nesta cidade, termo e comarca de Abaeté, aos trinta e um de Janeiro de mil e novecentos e quarenta e quatro. O referido é verdade, do que dou fé. EU, *Oreanunsi de Aunad*, Escrivão do primeiro ofício, a datilografei, subscreví e assino.

ABAETÉ,

Oreanunsi de Aunad



Janerio de 1.944. 9.419.80
de Aunad.

4º

14
Ano

1
anual

ORLANDO JOSÉ DE ANDRADE,
Escrivão do Judicial e Notas do primeiro
Ofício e Oficial do Registro de Imóveis
nesta cidade de Abaeté, Estado de Minas
Gerais, na forma da lei, etc.

C E R T I F I C O e dou fé que, revendo em
meu cartório o Livro de Notas número trinta e sete, às fô-
lhas cento e vinte e nove, verifiquei constar a escritura de
compra e venda do seguinte teor:- ESCRITURA de compra e ven-
da de bens de raiz que nesta nota fazem o Coronel Olinto Fer-
reira Diníz e sua mulher, na forma abaixo:- SAIBAM quantos
êste público instrumento virem que, no ano do Nascimento de
Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e novecentos e trinta e se-
te (1.937), aos dezanove (19) dias do mês de Fevereiro do di-
to ano, nesta cidade, termo e comarca de Abaeté, em meu car-
tório, perante mim, Tabelião, compareceram as partes, entre
si, justas e contratadas:- de um lado, como outorgantes ven-
dedores, o Coronel Olinto Ferreira Diníz e sua mulher D.
Francelina Cândida Diniz, fazendeiros, domiciliados na cida-
de de Belo- Horizonte, representados por seu bastante procu-
rador o Senhor Inácio Afonso Diníz, casado, fazendeiro, re-
sidente na cidade de Dolores do Indaiá, dêste Estado, confor-
me os poderes da procuração lavrada pelo quarto Tabelião de
Belo- Horizonte, Everardo Vieira, em seu livro de notas nú-
mero vinte e seis, fôlhas cento e sessenta e seis, em data
de nove do corrente mês de Fevereiro, que fica arquivada nê-
ste cartório; e, de outro lado, como outorgado comprador, LI-
CURGO JOSÉ DE BASTOS, lavrador, domiciliado no distrito des-
ta cidade de Abaeté, e todos os presentes conhecidos de mim
Tabelião e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas,
também minhas conhecidas, do que dou fé. E, perante as mes-
mas testemunhas, pelos outorgantes Coronel Olinto Ferreira
Diníz e sua mulher D. Francelina Cândida Diníz, por seu bas-

bastante procurador Inácio Afonso Diniz, me foi dito que, por compra ao Coronel Pedro Lino de Sousa e sua mulher, conforme escritura pública lavrada nas notas do terceiro Tabelião desta cidade, em treze de Agosto de mil e novecentos e vinte e nove (1.929) e devidamente transcrita no Registro de Imóveis desta comarca, á fôlhas cento e sessenta e cinco, do Livro Treis- F, número oitenta e dois, -são senhores e legítimos possuidores, sem ônus algum, de uma sorte de terras com a área de vinte (20) alqueires de culturas e quarenta (40) alqueires de campos ordinários, na fazenda de "NOSSA SENHORA DA PENHA DO CARETA", situada no distrito desta cidade, digo, terras, com a área, mais ou menos, de quinze (15) alqueires de culturas e vinte (20) alqueires de campos ordinários, na fazenda de "NOSSA SENHORA DA PENHA DO CARETA", situada no distrito desta cidade, confrontando a referida sorte de terras com propriedades de Francisco Messias, João Raso, Miguel Rodrigues Braga, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viuva e herdeiros do Dr. Jacinto Álvares da Silva Campos e dos mesmos vendedores; e a sorte de terras descrita, acha-se contratada para vender, como de fato vendido tem, por bem desta escritura e na melhor forma de direito, ao outorgado comprador Licurgo José de Bastos, pelo preço e quantia certa de seis contos de réis (6.000\$000), que seus constituintes já receberam diretamente do mesmo comprador em moeda corrente do paiz e de que lhe dão plena e geral quitação e assim na pessoa do mesmo comprador transmitem todo o domínio, direito, posse, jús e ação no imóvel ora vendido, havendo-o por dêle empossado, até pela cláusula constituti, declarando que a presente compra e venda é feita "ad- corpus", e não "ad- mensuram"; de sorte que, se a área referida não for a legítima e verdadeira, o que prevalece é a área contida dentro das confrontações citadas, qualquer que ela seja; que, obrigam-se a todo tempo fazer esta venda boa, firme e valiosa, a responder pela evicção, pondo o comprador a salvo de quaisquer dúvidas futuras! Pelo outorgado

15
Antes

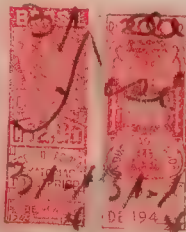
2
anual

comprador, Licurgo José de Bastos, me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que aceitava a presente escritura, pela forma nela expressa para produzir os seus efeitos legais. Pelas partes me foram apresentados os talões e certidões que seguem por cópia:- Renda do E. de M. Gerais. Exercício de mil e novecentos e trinta e sete. Número dez mil e sessenta e nove. Treis e meio por cento. N. e V. D. Selos de cinco por cento, pelo do conhecimento e guia- duzentos e noventa mil e duzentos réis. A fôlha do Livro de receita fica debitada ao Coletor a importância de duzentos e noventa mil e duzentos réis, recebida de Licurgo José de Bastos, proveniente do imposto de transmissão "inter-vivos", relativo a compra de cento e sessenta e nove hectares e quarenta ares (169,40) de terras, na fazenda do "Carêta", ao Senhor Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, pelo preço de seis contos de réis. Coletoria Estadual de Abaeté, dezanove de Fevereiro de 1.937. O Coletor, Ababalipa Pereira. O Escrivão, Geraldo Andrade. Número- 069. Réis- Duzentos e dez mil réis. Município de Abaeté. Ano financeiro de mil e novecentos e trinta e sete. Caderno número treis. Feijó Álvares. Nesta fôlha do caderno de receita fica debitada ao Tesoureiro a quantia de 210\$000, recebida de Licurgo José de Bastos, pelo imposto de transmissão pela compra de bens de raiz, neste distrito, ao Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, por 6:000\$000. Abaeté, dezanove de Fevereiro de mil e novecentos e trinta e sete. Pelo Tesoureiro, Nelson F. da Luz.- Certifico que o senhor Coronel Olinto Ferreira Diniz pagou os seus impostos nesta Coletoria e está quite com a Fazenda Estadual. Coletoria Estadual de Abaeté, em 19 de Fevereiro de 1.937. Geraldo Andrade, escrivão. (Estava selada).- Certifico que o vendedor Coronel Olinto Ferreira Diniz, está quite com esta Prefeitura. Abaeté, 19 de Fevereiro de 1.937. Nelson F. da Luz, secretário. (Estava selada).- Certifico, em cumprimento do despacho do Senhor Coletor, que revendo os livros, talões e mais documentos dos

de mil e novecentos e trinta e dois até a presente data, verifiquei não constar dos mesmos ser o requerente Olinto Ferreira Diniz devedor á Fazenda Nacional de qualquer importância a título de impostos, por esta repartição. E, para constatar, eu, Oscar de Moura, escrivão, passei a presente certidão, que assino e será subscrita pelo senhor Coletor afim de produzir os devidos efeitos. Abaeté, 19 de Fevereiro de 1.937. O Coletor, Francisco Morato Júnior. (Estava devidamente selada com 6\$900 de selos federais). ESCRITA esta por me haver sido distribuida pelo bilhete sob número dois mil e oitocentos e nove, desta data, a lí perante as partes que, recíprocamente, a aceitaram, outorgaram e assinam, com as testemunhas Antônio de Moura Vasconcelos e José Henrique Ferreira Sobrinho, que esta também ouviram ler, do que tudo dou fé. EU, Leopoldino Machado de Andrade, Tabelião, a escreví e assino, em público e raso. Em testemunho (Estava o sinal público) de verdade. (Assinados) Leopoldino Machado de Andrade. Inácio Afonso Diniz. Licurgo José de Bastos. Antônio de Moura Vasconcelos. José Henrique Ferreira Sobrinho. ERA o que se continha em a dita escritura, aqui bem e fielmente transcrita, do próprio original, ao qual me reporto e dou fé, nesta cidade, termo e comarca de Abaeté, aos trinta e um dias do mês de Janeiro de mil e novecentos e quarenta e quatro. O referido é verdade, do que dou fé. EU, *Oleandro José de Azevedo*, Escrivão do primeiro officio, a datilografei, subscreví e assino.

ABAETÉ,

Oleandro José de Azevedo



19 de Fevereiro de 1.944.
Oleandro José de Azevedo

4# 22,70
ausg

ORLANDO JOSÉ DE ANDRADE,

escrivão do Judicial e Notas do primeiro Ofício e Oficial do Registro de Imóveis nesta cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

C E R T I F I C O e dou fé que, revendo em meu cartório o livro de Notas número trinta e oito, às folhas trinta e dois e verso, verifiquei constar a escritura do seguinte teor:- ESCRITURA de ratificação de contrato de compra e venda que nesta nota fazem o Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, na forma abaixo:- S A I B A M quantos este público instrumento virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e novecentos e trinta e sete.... (1.937), aos sete (7) dias do mês de Junho, do dito ano, nesta cidade, termo e comarca de Abaeté, em meu cartório, perante mim, Tabelião, compareceram as partes, entre si, justas e contratadas:- de um lado, como outorgantes, o Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua mulher D. Francelina Cândida Diniz, fazendeiros, domiciliados em Belo Horizonte, e neste ato representados por seu procurador, Senhor Inácio Afonso Diniz, casado, fazendeiro, residente na cidade de Dolores do Indaiá, conforme procuração lavrada pelo Tabelião de Belo Horizonte, Everardo Vieira, em seu livro número vinte e seis, á folhas cento e sessenta e seis, em data de nove de Fevereiro de mil e novecentos e trinta e sete, procuração esta já archivada no meu cartório; e, de outro lado, com outorgado, LICURGO JOSÉ DE BASTOS, lavrador, domiciliado no distrito desta cidade de Abaeté, os presentes conhecidos como os próprios de mim Tabelião e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, também minhas conhecidas, do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pelos outorgantes me foi dito que, tendo vendido ao outorgado, pelo preço de seis mil cruzeiros (Cr.\$6.000,00), uma parte de terras, dividida, na fazen-

fazenda de "NOSSA SENHORA DA PENHA DO CARÊTA", sita no distrito desta cidade de Abaeté, com a área aproximada de quinze (15) alqueires de culturas e vinte (20) alqueires de campos, ou com a área que tiver, mais ou menos, digo, ou com a área mais ou menos que estiver contida dentro das confrontações constantes da escritura pública ^{da} aludida venda, - que foi passada em data de dezenove de Fevereiro dêste ano, nestas notas, á folhas cento e vinte e nove a cento e trinta e quatro, do Livro número trinta e sete, e se acha transcrita no Registro de Imóveis, sob números dois mil e cento e setenta e oito (2.178), á folhas cento e vinte e cinco do Livro Treis- H, - os outorgantes ora ratificam, confirmam e completam a referida escritura de venda, para o fim especial de esclarecerem que a linha divisória do terreno vendido, na confrontação com os mesmos outorgantes vendedores, é a seguinte:- COMEÇANDO de um marco na divisa com os sucessores de Dr. Jacinto Álvares da Silva Campos, emfrente a uma gruta, desce por esta até a gruta que vem da mata do Cedro; por esta gruta acima, até um marco á beira da estrada que vai para o Atolador; daí, atravessando a estrada e pegando a cabeceira da gruta em frente, por esta desce até o córrego do Carêta, pelo qual sóbe até um marco na divisa com Francisco Messias, - devendo-se esclarecer que os marcos referidos foram cravados recentemente, de comum acôrdõ entre os outorgantes e outorgados. Então, pelo outorgado Licurgo José de Bastos, me foi dito, na presença das mesmas testemunhas, que realmente se acha contratado com os outorgados a respeito da presente ratificação de escritura e esclarecimento de limites, acatando-os tais como se acham redigidos e mostrou pagos os devidos impostos, conforme o talão e certidão que seguem por cópia:- Rendado Estado de Minas Gerais, Exercício de mil e novecentos e trinta e sete. Número trezentos e cinquenta e dois mil e sessenta. N. e V. Direitos, selo do conhecimento e guia, - cincoenta e dois cruzeiros e vinte centavos. Fica de

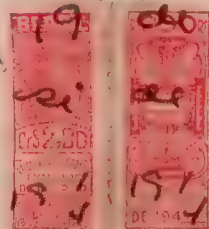
17
Quinta

2
anual

debitada ao Coletor a importância de cinquenta e dois cruzeiros e vinte centavos recebida de Licurgo José de Bastos, proveniente de imposto sobre fatificação de uma escritura de compra de imóveis que fez ao Coronel Olinto Ferreira Diniz e senhora, no valor de seis mil cruzeiros (Cr.\$6.000,00). Coletoria Estadual da Abaeté, sete de Junho de mil e novecentos e trinta e sete. O Coletor, Atabalipa Pereira. O Escrivão, Geraldo Andrade.- Certifico que o Coronel Olinto Ferreira Diniz está quite com o Estado. Abaeté, sete de Junho de mil e novecentos e trinta e sete. Atabalipa Pereira, Coletor. (Estava selada). Feita esta escritura, a mim hoje distribuída pelo bilhete sob número dois mil e oitocentos e setenta e treis, desta data, a lí ás partes, perante as testemunhase, e, por conforme estar, a outorgaram, aceitaram e assinam, com as mesmas testemunhas, que são Dr. Teófilo Ezequiel de Melos Campos e Hamilton de Melo Campos, reconhecidas de mim Leopoldino Machado de Andrade, Tabelião que a escreví, dou fé e assino em público e raso. Em testemunho (Estava o sinal público) de verdade. (Assinados) Leopoldino Machado de Andrade. Inácio Afonso Diniz. Licurgo José de Bastos. Teófilo Ezequiel de Melo Campos. Hamilton de Melo Campos. ERA o que se continha em a dita escritura, aqui bem e fielmente transcrita, do próprio original, ao qual me reporto e dou fé, nesta cidade, termo e comarca de Abaeté, aos dezenove de Janeiro de mil e novecentos e quarenta e quatro. O referido é verdade, do que dou fé. EU, *Orelan José de Andrade*, Escrivão do primeiro ofício, a datilografei, subscreví e assino.

ABAETÉ,

Orelan José de Andrade



Janio de 1.944.
Andrade.

2120,4.
anual

60
1.5
Cm laj

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

BELO HORIZONTE



ESTADO DE MINAS GERAIS

CARTORIO DO 4.º OFICIO

EVERARDO VIEIRA

TABELIÃO

RUA GOIAZ, 230

TELEFONE, 2-4507

C E R T I D ã O

Livro de Notas N.º 26

Folhas 166

EVERARDO VIEIRA, TABELIÃO,

do 4.º Oficio de Notas do termo de Belo Horizonte, etc.

Certifico que, revendo em meu meu cartorio o livro de procurações numero 26 -

do mesmo, á folha 166 - - - - - consta a procuração do teór seguinte:

"Procuração bastante que faz(em) Olyntho Ferreira Diniz e sua mulher

SAIBAM quantos este publico instrumento de procuração bastante virem que, no âno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e trinta e sete (1937), aos nove (9) - - - - dias do mês de Fevereiro - - - - nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, da Republica dos Estados Unidos do Brasil, perante mim, tabelião, comparece ^u/_{ram} como outorgante(s), Olyntho Ferreira Diniz, fazendeiro, e sua mulher d. Francelina Candida Diniz, residente nesta Cidade,

reconhecid ^o/_o (s) pel ^o/_o (s) propri ^o/_o (s) - - - - - das duas testemunhas abaixo assinadas, estas minhas conhecidas, do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, por el ^c/_o (s) me foi dito que, por este publico instrumento, nomeia(m) e constitue(m) ^{seu}/_{sua} (s) bastante(s) procurador Ignacio Affonso Diniz, casado, fazendeiro e residente em Dolores do Indaya, neste Estado, com poderes especiaes para, em nome dos outorgantes, vender uma sorte de terras de campo e cultura na fazenda da Carêta, municipio de Abaeté, de propriedade dos outorgantes, podendo o procurador fazer a venda para quem julgar conveniente e pelo preço de seis contos de réis (6:000.000), transmitir posse, dominio, direito e acção, obrigar-se pelas clausulas de estylo, receber o producto da venda dar recibo, quitação e assignar a respetiva escriptura.

Arquivo em caixa forte, à prova de fogo

testemunho da verdade.
4º tabelião.-

testemunho da verdade.

4º tabelião.-



1211. In
1. In quing. de Vitis de 1211.
In 1211. In 1211. In 1211.
In 1211. In 1211. In 1211.
In 1211. In 1211. In 1211.
In 1211. In 1211. In 1211.

Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Abaeté.

como requer.

Abaeté, 15. Maio 1944.

M. M. M.

O infra assinado juntando a inclusa procura-
ção aos autos de ação ordinaria que move aos Snr. José Gonçalves Filho,
Bibiano Pinto Fiuza e outros, para fazer parte da inicial, requer seja
expedido mandado para citação dos réos na forma da lei.

P. deferimento.

Abaeté,

Re



1244
Bartez

PROCURAÇÃO

Pela presente procuração datilografada a nosso pedido, constituímos o nosso bastante procurador o Dr. Rodolfo Argolo Castro, para o fim especial de acompanhar uma ação de nulidade de escritura que movemos ao Snrs. José Gonçalves Filho, Bibiano Pinto Fiusa e outros na comarca de Abaeté, fazer requerimentos, ouvir testemunhas, interpor e acompanhar recursos em qualquer instancia, ratificar o precessado, assinar termo de ratificação ^{para} que lhe concedemos todos os poderes ad-judicia, o que tudo darei por firme e valioso em qualquer tempo.

Dores do Indaiá

9 de

maio

de 1944

Diaceu Affonso Diniz
Diamante Motim Rodrigues Diniz
Affonso Affonso Diniz
Ruth de Castro Diniz
Josias Gomes Diniz
Alpha Viana Diniz
Osvaldo da Fonseca Diniz

Abonamos as firmas supra pelo pleno conhecimento que delas temos.

Dores do Indaiá, 9 de maio de 1944

Rodolfo Argolo Castro

Aurora Costa Argolo

Vol.

Reconheço verdadeira^s a^s firma^s
retro, do Sr. Rodolfo Sigolo Castro
e d. Aurora Costa Sigolo.

Dores do Indago 10 Maio de 1944

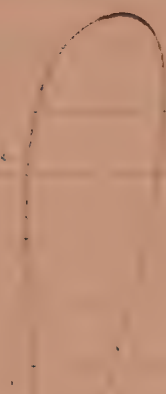
Em test.  e desde

10/5/44 10/5/44
2.ª Tabelião

Jaume da Silva Costa

22
Contas

Expediente de 1912 v
sumado a 1913 v 0,1 v
v. ba. 10 - Minis. 749. 0,1 v
Expediente, Contas



mutada
com vinte e sete em
maio de 1914, junto
a estes autos e mandado 0,50
em frente. Ex. 1914, Qu- 0,1 v
classe

23
Antes

O DOUTOR PEDRO GONÇALVES OLIVEIRA, Juiz de Direito desta comarca de Abaeté, na forma da lei.

MANDA a qualquer official de justiça deste juizo, a quem
este for apresentado, passado a requerimento de Ascanio Afonso
Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz, Osvaldo
Afonso Diniz, Diamante Notini Rodrigues Diniz, Ruth de Castro
Diniz e Alpha Viana Diniz, fazendeiros, residentes em Carmo
da Mata e neste municipio, que, em cumprimento do presente *m. 5, co*
mandado, procedam, diz-se, cite, juntamente com suas respec- *R 98, co*
tivas mulheres, se casados forem, os senhores José Gonçalves *13, co*
Filho, Bibiano Pinto Fiuza, Higino José Viana, João Ferreira *sup. 8, co*
de Matos Filho, Pedro José de Alcantara, Jeronimo Justino da *21, co*
Silva, Antonio Ferreira da Costa, João Alves Moissinho e Artur *antes*
Ferreira da Silva, todos residentes neste municipio e na fa-
zenda do Carêta, -por todo o conteúdo da petição seguinte e
seu respectivo despacho: PETIÇÃO: -"Exmo. Sr. Dr. Juiz de Di-
reito da comarca de Abaeté, Ascanio Afonso Diniz, Josias Afon-
so Diniz, Olinto Afonso Diniz e Osvaldo Afonso Diniz, fazen-
deiros, residentes os dois primeiros no Carmo da Mata e os
dois ultimos neste municipio, por seu procurador abaixo as-
sinado, vêm requerer a citação dos abaixo arrolados, residen-
tes neste municipio, para responderem aos termos de uma ação
ordinaria, de nulidade de escrituras, em que os suplicantes
provarão, sendo necessario: 1º)-que em nove de fevereiro de
1937, o Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, D. France-
lina Candida Diniz, residentes no Carmo da Mata, constitui-
ram seu procurador o Snr. Inácio Afonso Diniz, casado, resi-
dente em Lóres do Indaiá, para o fim especial e unico, de
vender ao Sr. Licurgo José de Bastos, fazendeiro, casado e
residente na ocasião em Abaeté, e atualmente no Carmo da Ma-
ta, uma sorte de terras, de quinze alqueires de culturas e
vinte de campo, na fazenda Nossa Senhora da Penha do Carêta,

situada no município de Abaeté, pelo preço de seis mil cruzeiros, confrontando com terras de F. Messias, João Passos, Miguel Rodrigues Braz, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viúva e herdeiros de Dr. Jacinto Alvares da Silva Campos e terras dos vendedores; Doc. nº 1.; 2º)- que de fato, em 19 de fevereiro de 1937, nas notas do cartório do 1º ofício da Comarca de Abaeté, o outorgado Inácio Afonso Diniz, na qualidade de procurador do Coronel Olinto Afonso Diniz e de sua mulher, passou a escritura de venda dos terrenos acima mencionados, 15 alqueires de cultura e vinte de campo, ao snr. Licurgo José de Bastos, com as confrontações constantes do documento junto. Doc. n.2. 3º)-que com esta escritura ficou terminado o mandato que lhe foi conferido pelos outorgantes, pois o outorgado cumpriu o que lhe foi determinado expressamente; 4º)-que o outorgado Inácio Afonso Diniz, ainda de posse da procuração que lhe foi conferida pelos outorgantes, e sem mais poderes expressos em outra procuração, a chamado de Licurgo José de Bastos, em 7 de Junho de 1937, nas notas do cartório do 1º ofício, passou ao mesmo uma escritura de retificação da escritura de compra e venda, na qual consta uma parte de terras: "de 15 alqueires de culturas e 20 de campos dividindo com varios, e não com os vendedores. 5º)-que apesar de constar nessa escritura uma parte de 15 alqueires de cultura e 20 de campos, as divisas dadas abrangem uma area de mais de cem alqueires geometricos; 6º)-que Licurgo José de Bastos para receber a escritura de rectificação usou de má fé, pois na primeira escritura, diz "confrontando com ~~terras~~ dos vendedores e na outra não existe essa confrontação e diz que os marcos foram cravados de comum acordo, o que não é verdade, pois na procuração não se encontram poderes para vender terras divididas. 7º) que o terreno vendido a Licurgo José de Bastos, ou por outra, o terreno dado ao mesmo, ficou dentro das terras pertencentes aos vendedores, sem marcos, nem divisas certas, pois apenas lhe foram dados, diz-se,

pois apenas lhe foram vendidos os 15 alqueires de cultura e 20 de campos; 8º) que Licurgo José de Bastos logo após receber essa escritura de rectificação vendeu as ditas terras a José Gonçalves Filho, por escritura transcrita sob nº 2.333 Liv 3II e a Bibiano Pinto Fiuza, por escritura registrada sob nº 2.663 Livro 3I, 9º) que sendo essa escritura de rectificação nula de pleno direito, por falta de poderes conferidos ao outorgado Inácio Afonso Diniz, deve a presente ação ser **julgada** provada e procedente, afim de ser julgada nula a escritura passada em 7 de junho de 1937, ficando apenas valida a venda dos 15 alqueires de cultura e 20 de campos na citada fazenda. Neste termos, dando o valor de dez mil cruzeiros á causa, requerem a V.Excia. se digne mandar citar os abaixo arrolados, para responderem aos termos da presente ação ordinaria de nulidade de escritura e reivindicação das terras que se encontram em seus poderes, contestarem a mesma dentro do prazo, chamarem á autoria Licurgo José de Bastos, acompanharem todos os termos da causa até final sentença e sua execução. Protestam por todo genero de provas admitidas em direito, vistorias, precatorias, depoimentos pessoais dos citados, ect. na forma da lei. Em tempo, o valor da causa é de cr.\$ 50.000,00. P.deferimento, sendo esta D. e A. Com uma procuração e certidões. Abaeté, 2 de Abril de 1944. (Assinado) Rodolfo Argolo de Castro. N. 401. NOMES. José Gonçalves Filho, Bibiano Pinto Fiuza, Higino José Viana, João Ferreira de Matos Filho, Pedro José de Alcantara, Jerônimo Justino da Silva, Antonio Ferreira da Costa, João Alves Moissinho, Artúr Ferreira da Silva, e suas mulheres, todos residentes neste municipio e na fazenda Nossa Senhora do Careta". DESPACHO: "D. E A., pago o imposto de causa, expeça-se o mandado citatorio. Abaeté, 25 de Abril de 1944. (Assinado) P.Chaves". CUMpra-se, na forma da lei. Abaeté, 16 de abril de 1944. (Sêlos afinal). Eu, *Manoel Antonio da Silva Costa*, escrevão do terceiro officio, o datilografei e

e subscrevi.

Caro deus

Cedro, 22 de maio de 1944

Sciatis

Jose Foucalves Filho

* ~~Elas~~ Maria de Jesus

Por não saber ler nem escrever Testemunhei a certidão feita ao Sr. Artur Ferreira da Silva sobre a Testemunha de nome Joaquim Jose de Faria

Cient. Joaquim Jose de Faria
Antonio Ferreira da Costa
Celestina Soares de Almeida

Por não saber ler nem escrever assina seu filho Teferino Alves da Costa como
Cient. Testemunha

Teferino Alves da Costa

Pedro José de Alcantara

Motta da Veneza 20 de maio de 1944

Sciatis: João Ferreira de Mota Filho

Certifico em cumprimento do pre-
sen-te mandado, me dirigir ao lugar be-
do" distrito desta cidade, termine o
marco e o flanco, e ali citei a Vigimar José
Antônio, professor da sua filha Dona Cele-
stina Soares de Almeida, e o vizinho Ju-
lio, professor da sua filha, Dona Ma-
ria Praxedes de Jesus, e as demais com
suas próprias pessoas portados o conteúdo
do presente mandado, que, lido e lido, fi-
caram bem seiantes, conforme suas
declarações de próprio punho, o que eu
contra-fizem, e a certidão: Percei

cheitar a Beliano Pinto Figueira
por serem moradores em Pores do
Inchaia: Para esta diligencia gas-
tar quatro (4) dias. O referido é ver-
dade do que chegou. Hearte 24
de Maio de 1944
Isaacson Gonçalves Dutra, oficial de justiça

U.	cr -	32,00
D.	"	12,00
Cpf.	"	16,00
C.	"	80,00
		<hr/> 140,00
		Dutra

15

1956 10 10
1957 10 10
1958 10 10
1959 10 10

instrucciones

15
16
17

los veinte y cinco
de Mayo de 1956, firmo
a estos autos cinco (5) pe-
titorios, acompañados
del respectivo documento,
que adelante se siguen.
El emisor, Contraseña

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

26

Antes

EXMO. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

sem requer.

Abaeté, 29 maio 1944

Requer

Por seu procurador, diz João Ferreira de Matos Filho, fazendeiro, residente no distrito desta cidade, que foi citado para responder aos termos de uma ação de nulidade de escritura e reivindicação de terras, proposta perante esse Juízo e pelo cartório do terceiro ofício por Ascanio Afonso Diniz e outros contra José Gonçalves Filho, o suplicante e outros.

Além disto, sabe o peticionário que Antonio Ferreira da Costa, também incluído entre os réus na referida ação, está chamando à autoria o suplicante, de quem comprou a respectiva parte no imóvel objeto daquela ação.

O suplicante, dando-se por ciente deste chamamento à autoria, dispensa a citação para este fim requerida a V. Excia. pelo dito Antonio Ferreira da Costa, e, por sua vez, nos termos do art. 95 do c.p.c. e seus parágrafos, quer chamar à autoria os srs. José Gonçalves Filho e sua mulher, dos quais o peticionário comprou o terreno em questão.

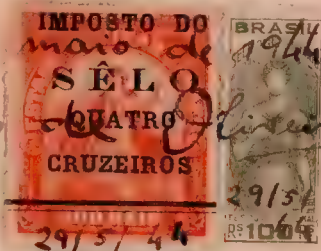
Requer, pois, que, com suspensão do curso da lide, se digne V. Excia. de ordenar a citação do dito José Gonçalves Filho e sua mulher para virem defender a propriedade da coisa por eles vendida e acompanhar a causa em todos os seus ulteriores termos, para os fins e sob as cominações de direito.

J. esta aos autos respectivos,

P. Deferimento.

Abaeté, 29 de

P. p., José Alves



(inscricao nº 383)

(Procuração já junta aos autos, lavrada nas notas do tabelião do primeiro ofício desta cidade, a 25 de maio corrente)

desentranhei o documento de
f. 27. ~~Outro~~

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

67
Antes

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

Como requir.

Abaeté, 29 maio 1944

Alves

1.68

Por seu procurador, dizem José Gonçalves Filho e sua mulher Maria das Dôres Gonçalves, residentes no distrito desta cidade, que foram citados para responder aos termos de uma ação de nulidade de escritura e reivindicação de terras, proposta perante esse Juízo e pelo cartório do terceiro ofício por Ascanio Afonso Diniz e outros contra Bibiano Pinto Fiuza, os suplicantes e outros.

Além disto, sabem os peticionários que d. Celestina Soares de Almeida e João Ferreira de Matos Filho, também incluídos entre os réus na referida ação, estão chamando á autoria os suplicantes, de quem compraram as respectivas partes no imóvel objeto da mesma ação.

Os peticionários, dando-se por cientes deste chamamento á autoria, dispensam sua citação para este fim, requerida a V. Excia. pelos ditos João Ferreira de Matos Filho e d. Celestina Soares de Almeida, e, por sua vez, nos termos do art. 95 do c.p.c. e seus parágrafos, querem chamar á autoria o sr. Licurgo José de Bastos e sua mulher, comerciantes, hoje residentes na cidade de Carmo da Mata, neste estado, de quem houveram, por compra, sua parte no imóvel em questão.

Requerem, pois, que, com suspensão do curso da tide, se digno V. Excia. de ordenar a citação, por precatoria, do dito Licurgo José de Bastos e sua mulher para virem defender a propriedade da coisa por êles vendida e acompanhar a causa em todos os seus ulteriores termos, para os fins e sob as cominações de direito.

J. esta e o documento incluso aos autos respectivos,

PP. Deferimento.

Abaeté,

P. p. Jori



29 de maio de 1944

Alves de Oliveira (insc. n.º 383)

Desenhos e documentos
de p. 69. O mesmo.
A. B.

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA

— ADVOGADO —
ABAETÉ — MINAS

68
Cuiabá

PROCURAÇÃO

Peio presente instrumento, nomeamos nosso procurador o dr. José Alves de Oliveira, brasileiro, advogado, casado, aqui residente, a quem concedemos amplos poderes ad judicium e especiais para nos defender na ação de anulação de escritura e de reivindicação de terras, que nos movem Ascanio Afonso Diniz e outros, peio cartorio do terceiro officio desta cidade, podendo o referido procurador contestar a ação, chamar á autoria o sr. Licurgo José de Bastos, produzir provas, interpor e seguir recursos e praticar quaisquer outros atos necessarios ao bom desempenho deste mandato, inclusive substabelecer outrem nos poderes acima.

Os honorarios do procurador ora nomeado são fixados em dez mil cruzeiros (cr. \$10.000,00), que lhe serão pagos ~~praxe~~ não sómente por nós, como pelos demais réos que lhe derem procuração, rateando-se a referida importancia entre todos os outorgantes, na proporção da parte de cada um no imovel reivindicando.

Abaeté, 22 de maio de 1944

Jose Francisco Filho

Maria das Dores Gonçalves



Reconhecido por mim e as firmas
de Jose Francisco Filho
e Maria das Dores Gonçalves.
Jose Francisco Filho e Maria das Dores Gonçalves

Abaeté

Martinho

Recebi. 4,00

2,20

6,20

Carta

Recebi em 1944
de Jose Alves

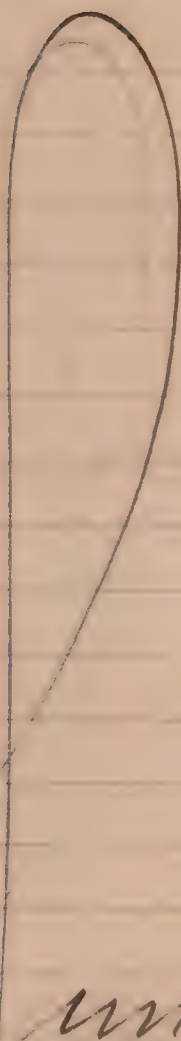


22 de maio 1944.

Silva Estagan

C. S. Ose,

70
0.04



Montada
do primeiro dia do
mês de junho de 1944,
frente a estes autos a
peticão em favor do pai,
'Lentidão'

0.04
0.04

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

71 614
1944

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

*Como requerem, j. esta aos autos.
Abaeté, 12. junho-1944.
R. M. M. M.*

Por seu procurador, dizem José Gonçalves Filho e sua mulher, nos autos da ação de anulação de escritura e reivindicação de terras movida por Ascanio Afonso Diniz e outros contra os suplicantes e outros, pelo cartório do terceiro ofício desta cidade, que chamaram à autoria o sr. Licurgo José de Bastos e requereram sua citação por precatória, visto residir ele em Carmo da Mata, - petição esta já deferida por V. Excia..

Tendo chegado a esta cidade o referido sr. Licurgo José de Bastos, a sua citação pôde ser feita por mandado, com economia de gastos e de tempo.

Assim, requerem se digne V. Excia. de mandar sustar a extração da carta precatória e de ordenar a expedição de mandado citatorio, para os fins já estudados na petição de chamamento à autoria.

J. esta aos autos,

PP. Deferimento.

Abaeté,

12.7.1



junho de 1944

de Oliveira (inscrição n.º 383)



Esqueleto - se fez o man-
 dado de entaerir, na for-
 ma ordenada. Abaixo.

0,10
~~0,10~~

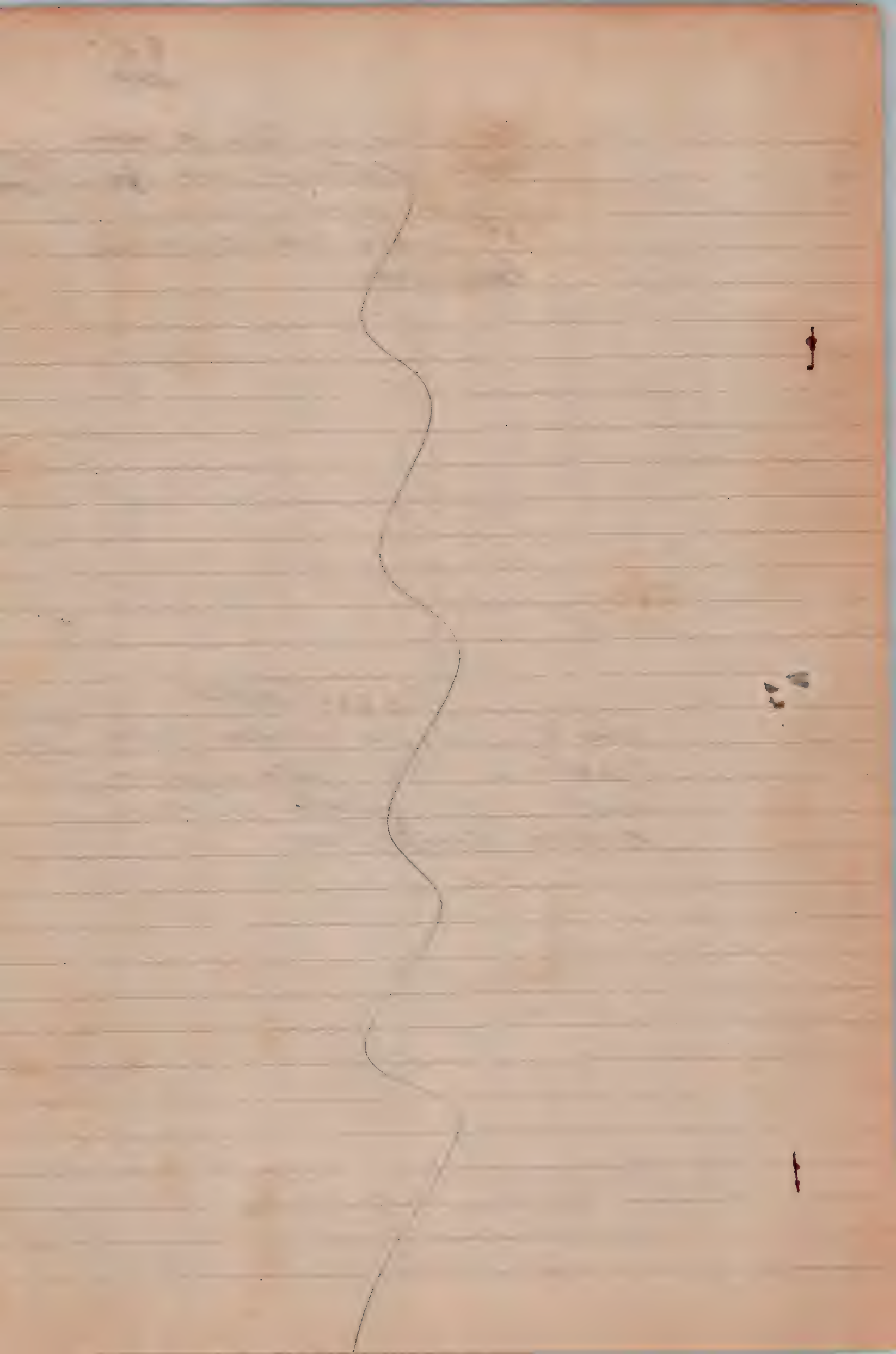
1º. Junho. Mm. O. e. e. e. e.
 Conclusão

1

1221 Tada

cto (2) dois de junho 1944,
 junto a estes autos o man-
 dado em frente. E o
 civil, em 1221

0,10
~~0,10~~



73
Amby

O DOUTOR PEDRO GONÇALVES CHAVES, JUIZ DE DIREITO DESTA CO-
MARCA DE ABATÉ, NA FORMA DA LEI.

MANDA a qualquer official de justiça deste juizo, a quem
este fôr apresentado, passado a requerimento de José Gonçal-
ves Filho e sua mulher, que, em cumprimento do presente man-
dado, cite o senhor Licurgo José de Bastos, que se encontra
atualmente nesta cidade, assim como sua mulher, se aqui tam-
bem se encontrar, por todo o conteúdo da petição seguinte
e seus respectivo despacho: PETIÇÃO:- "EXMO. Sr. Dr. Juiz de
Direito de Abaté. Por seu procurador, dizem José Gonçalves
Filho e sua mulher Maria das Dôres Gonçalves, residentes no
distrito desta cidade, que foram citados para responder aos
termos de uma ação de nulidade de escritura e reivindicação
de terras, proposta perante este juizo e pelo cartorio do
terceiro officio por Ascanio Afonso Diniz e outros contra Be-
biano Pinto Fluzza, os suplicantes e outros. Além disto, sa-
bem os peticionarios que d. Celestina Soares de Almeida e
João Ferreira de Matos Filho, também incluídos entre os réus
na referida ação, estão chamando á autoria os suplicantes,
de quem compraram as respectivas partes no imovel objeto da
mesma ação. Os peticionarios, dando-se por cientes deste cha-
mamento á autoria, dispensam sua citação para este fim, re-
querida a V.Excia. pelos ditos João Ferreira de Matos Filho
e d. Celestina Soares de Almeida, e, por sua vez, nos termos
do art. 95 do c.p.c., e seus paragrafos, querem chamar á au-
toria o sr. Licurgo José de Bastos e sua mulher, comerciantes,
hoje residentes na cidade de Carmo da Mata, neste Estado,
de quem houveram, por compra, sua parte no imovel em questão.
Requerem, pois, que, com suspensão do curso da lide, se dig-
ne V.Excia. de ordenar a citação, por precatoria do dito Li-
curgo José de Bastos e sua mulher para virem defender a pro-
priedade da coisa por elles vendida e acompanhar a causa em
todos os seus ultteriores termos, para os fins e sob as comi-
nações de direito. J. esta e o documento incluso aos autos

nr. 5,00
R. 8,00
13,00
exp. 8,00
21,00
mty

respectivos, PP. deferindo to. Abaeté, 29 de maio de 1944. P. p. José Alves de Oliveira) 91ncrição nº 383). DESPACHO:--"Como requer. Abaeté, 29 de maio-1944. (Assinado) P.Chaves".CITE- ainda os mesmos senhores por todo o conteúdo e despacho da petição inicial da referida ação, que seguem por copias:Petição:- "EXMO. SR. DR. Juiz de Direito da comarca de Abaeté. Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e Oswaldo Afonso Diniz, fazendeiros, residentes os dois primeiros no Carmo da Mata e os dois ultimos neste municipio, por seu procurador abaixo assinado, vêm requer a citação dos abaixo arrolados, residentes neste municipio, para responderem aos termos de uma ação ordinaria, de nulidade de escrituras, em que os suplicantes provarão, sendo necessario: 1º)- que em nove de fevereiro de 1937, o Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, D. Francelina Candida Diniz, residente no Carmo da Mata, constituiram seu procurador o snr, Inácio Afonso Diniz, casado, residente em Dôres do Indaiá, para o fim especial e unico, de vender ao Sr. Licurgo José de Bastos, fazendeiro, casado, e residente na ocasião em Abaeté, e atualmente no Carmo da Mata, uma sorte de terras, de quinze alqueires de culturas e vinte de campos, na fazenda Nossa Senhora da Penha do Careta, situada no municipio de Abaeté, pelo preço de seis mil cruzeiros, confrontando com terras de F. Messias, João Raso, Miguel Rodrigues Bráz, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viuva e herdeiros de Dr. Jacinto Alvares da Silva Campos e terras dos vendedores; doc. nº 1.2º)- que de fato, em 19 de fevereiro de 1937, nas notas do cartório do 1º officio da comarca de Abaeté, o outorgado Inácio Afonso Diniz, na qualidade de procurador do Coronel Olinto Ferreira Diniz e de sua mulher, passou a escritura de venda dos terrenos acima mencionados, 15 alqueires de cultura e vinte de campo, ao sr. Licurgo José de Bastos, com as confrontações constantes do documento junto. Doc. nº 2. 3º)-Que com esta escritura ficou terminado o mandato que lhe foi conferido pelos outorgantes, pois o outorgado cumpriu o que lhe foi determinado expressamente; 4º)-que o outorgado Inacio Afonso

44

Diniz, ainda de posse da procuração que lhe foi conferida pelos outorgantes, e sem mais poderes expressos em outra procuração, a chamado de Licurgo José de Bastos, em 7 de junho de 1937, nas notas do cartorio do 1º officio, passou ao mesmo uma escritura de retificação da escritura de compra e venda, na qual consta uma parte de terras: * de 15 alqueires de cultura e 20 de campos dividindo com varios, e não com os vendedores. 5º)- Que apesar de constar nessa escritura uma parte de 15 alqueires de cultura e 20 de campos, as divisas dadas abrangem uma are de mais de cem alqueires geometricos; 6º) Que Licurgo José de Bastos para receber a escritura de rectificação usou de má fé, pois na primeira escritura, diz "confrontando com terras dos vendedores e na outra não existe essa confrontação e diz que os marcos foram cravados de comum acordo, o que não é verdade, pois na procuração não se encontram poderes para vender terras divididas. 7º)- Que o terreno vendido a Licurgo José de Bastos, ou por outra, o terreno dado ao mesmo, ficou dentro das terras pertencentes ao vendedores, sem marcos, nem divisas, pois apenas lhe foram vendidos os 15 alqueires de cultura e 20 de campos; 8º)- Que Licurgo José de Bastos logo após receber essa escritura de rectificação vendeu as ditas terras a José Gonçalves Filho, por escritura transcrita sob nº 2.333 Livro 3H e a Bimiano Pinto Fluzza, por escritura registrada sob nº 2663 Liv.3/L. 9º)- Que sendo essa escritura de rectificação nula de pleno direito, por falta de poderes conferidos ao outorgado Ignacio Afonso Diniz, deve a presente ação ser julgada provada e procedente, afim de ser julgada nula a escritura passada em 7 de junho de 1937, ficando apenas valida a venda dos 15 alqueires de cultura e 20 de campos na citada fazenda. Nestes termos, dando o valor de dez mil cruzeiros a causa, requerem a V.Excia. se digne mandar citar os abaixo arrolados, para responderem aos termos da presente ação ordinaria de nulidade de escritura e reivindicação das terras que se encontram seus poderes, contestarem a mesma ação, digo, contestarem a mesma dentro do prazo, chamarem á autoria Licurgo José de Bastos,

acompanharem todos os termos da causa até final sentença e sua execução. Protestam por todo genero de provas admitidas em direito, vistorias, precatorias, depoimentos pessoais dos citados, etc. na forma da lei. Em tempo. o valor da causa é de cr.\$..... 50.000,00. P.deferimento, sendo esta D.A. Com uma procuração e certidões. Abaeté, 25 de abril de 1944. Rodolpho de Castro Argolo(nº 401). Nomes: José Gonçalves Filho. Bibiano Pinto Fiuza. Higino José Viana. João Ferreira de Matos Filho. Pedro José de Alcatara. Jeronimo Justino da Silva. Antonio Ferreira da Costa. João Alves Moisinho. Artur Ferreira da Silva, e suas mulheres, todos são residentes neste municipio, na fazenda de Nossa Senhora do Careta". DESPACHO: Na petição acima transcrita, foi dado o seguinte despacho: "D. e A., pago o imposto de causa, expeça-se o mandado citatório. Abaeté, 25-Abril-de 1944. Assinado P. Chaves, digo P.Chaves". CUMPRASE. na forma da lei. Abaeté, 1º de junho de 1944. (Sêlos afinal). Eu, Martinho Silva us da Silva Com laçim, escrivão do terceiro officio, o datilografei e subscrevi.

Piero Chaves

Cidade Abaeté, 1º/6/44.

Piero José de Bastos

Certidão

Certifico que, em cumprimento do mandado supra e neto, citei a dita cidade, em sua propria pessoa, por todo o conteúdo do mesmo mandado o Dr. Lino José de Bastos, deixei de intimar a mulher do mesmo, por não residir neste municipio, tendo eu lido o mandado e dado a ler, do que ficou o referido Dr. Bastos bem ciente, conforme sua declaração de proprio pu

35
pelo pinto, neste sentido la-
cada abaixo da assinatura
do juiz; ofereci-lhe contra-fé,
que aceitou.

O referido é verdade, sozobra
fé. Maest. 2 de Junho de 1944.
Custódio de Paula Lica,

oficial de justiça.

Diligência cr. n.	6,00
Citacões	4,00
Contrá-fé	2,00
10% dec. l.	1,20

3,20

Rci de José Alves de Azevedo. Lica.

Notada

los tus de jumbo con,
frente a estos autos de
petricas en frente, el
carrilero, con la mano

Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Abaeté.

*q. aos autos, expedir a precatoria,
para aya devolver os autos o prazo de
10 dias.*

Abaeté, 3. de julho 1944

R. Argolo

Dizem Osvaldo Afonso Diniz e outros na ação que contendem com Bibiano Pinto Fiuza e outros, e que corre pelo cartorio do 3º officio, que não tendo sido intimado o réo Bibiano Pinto Fiuza, por residir na comarca de Dorés do Indaiá, requer a V.E se digne mandar expedir uma carta precatoria para a citação do referido Snr.

P.deferimento e j.

Abaeté,



Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header, which is mostly illegible due to fading. It appears to contain several lines of cursive script.

Handwritten text in the upper middle section, possibly a date or a specific reference, also largely illegible.

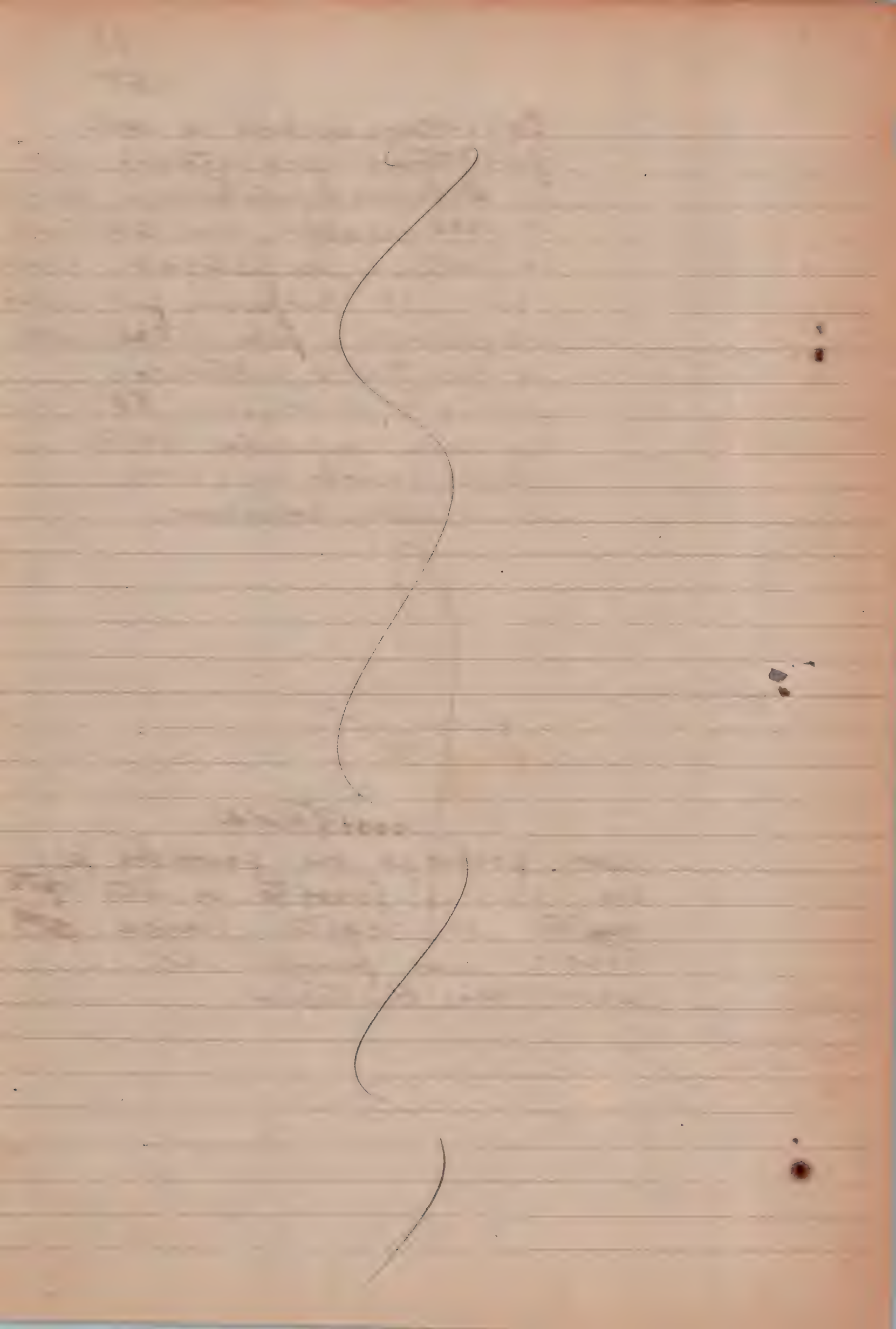
Handwritten text in the middle section, appearing as a single line or a short paragraph.

Handwritten text in the lower middle section, possibly a signature or a concluding statement, with some faint red ink visible below it.

Handwritten text at the bottom of the page, possibly a footer or a final note, which is very faint.

Escreveu-se hoje a carta
 precatória para o casamento
 de Bebiann Pinto Giriz e
 uma mulher, em todo
 o conteúdo da petição
 inicial conforme foi
 requerido a folhas 220,
 e em todo o conteúdo
 da petição de folhas 56
 e em anexo. Sebastião,
 5 de junho de 1944.
 O escrivão, Couto.

montada
 com quinze de junho de 1944, junto a estes
 autos a carta precatória
 para o casamento. O
 escrivão, Couto.



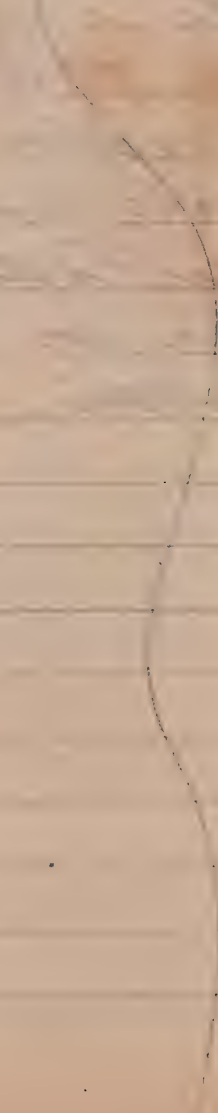
Morada

Em vinte e quatro de
julho de 1944, vindo 0,10
a estes autos a poli
cia, em virtude de
uma certidão que
acusa de ser
Alcides, Cintag

73



1811



JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

79
autog

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

*junte-se aos autos e venham
conclusas.*

Abaeté, 24. Julho de 1946
PP. Alves

Por seu procurador, dizem José Gonçalves Filho e sua mulher d. Maria das Dôres Gonçalves, nos autos da ação de anulação de uma escritura de compra e venda movida contra os suplicantes e outros por Ascanio Afonso Diniz e outros, pelo cartorio do terceiro officio desta cidade, que oportunamente chamaram á autoria seu antecessor Licurgo José de Bastos.

Não tendo este comparecido em Juizo nos dez dias seguintes á sua citação, compete aos suplicantes defender a causa até final, nos termos do art. 98 do c.p.c..

-Assim, vêm êles oferecer a inclusa contestação, em tres folhas separadas, digo, em quatro folhas separadas, acompanhada de um documento, requerendo seja eia junta aos autos respectivos.

PP. Deferimento.

Abaeté,

P. p., José



Julho de 1946

de Oliveira (insc. n.º 383)

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA

ADVOGADO

80
Contestando a ação, dizem José Gonçalves Filho e sua mulher d. Maria das Dôres Gonçalves, como RÉOS,
contra

Ascanio Afonso Diniz, Ovínto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz, Osvaldo Afonso Diniz e suas mulheres, como AUTORES, o seguinte:

PRELIMINAR

1ª - Está prescrita a ação.

Demandam os Autores a nulidade de uma escritura pública de ratificação de compra e venda de bens de raiz, alegando, como duplo fundamento da ação, que tal escritura proveio: a) de um ato excessivo do procurador dos vendedores, o qual não tinha poderes para vender terras divididas e sim uma parte de terras em comum (item 4º da inicial); e b) de manobras fraudulentas do comprador, que teria procedido com má fé, ou seja, com dolo (item 6º da inicial).

Si a pretendida nulidade fôsse absoluta, como querem os Autores, o prazo prescricional seria de trinta anos. Mas a verdade é que tanto um como outro dos invocados fundamentos só conduziriam á mera anulabilidade ou nulidade relativa, o que passamos a demonstrar:

2ª - Quanto ao dolo, temos o dispositivo expresso do art.

147, n. II, do c.c., que considera anulável o ato jurídico proveniente de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.

E no tocante ao ato excessivo do procurador, é este um ato de gestão de negócios (art. 1.297 do c.c.), subsistente até que sua nulidade seja pronunciada, por falta de ratificação do mandante, decorrendo daí o seu caráter de ato anulável:

"Todavia, a lei, atendendo a que nesse caso, realmente diverso do antecedente (falta total de procuração), ha procuração e sómente falta mais ampla delegação de poderes, não considera o procurador insuficiente como falso, nem estabelece a nulidade com o caráter de absoluta ou peremptoria, e só sim de relativa, pelo que tem logar o suprimento, quando operado em tempo" (Pimenta Bueno, citado por Oliveira Filho, Prática civil, v. 5ª, p. 133).

Por isso, conforme já decidiu o Egregio Tribunal de Apelação de Minas Gerais, em acordam de 25-IV-1923, confirmado por acordam de 16 de outubro do mesmo ano (Rev. For., 42ª, pp. 488 a 498), ao apreciar um caso identico ao nosso, apenas diferindo no segundo fundamento da ação, que era erro em vez de dolo, é de se aplicar o art. 178, paragr. 9º, n. V, do c.c., segundo o qual "prescreve em quatro anos a ação de anular ou rescindir os contratos, para a qual não se tenha estabelecido menor prazo, contado este, no caso de erro, dolo, simulação ou fraude, do dia em que se realizar o ato ou contrato".

Como a escritura, que se pretende anular, data de 7 de junho de 1937 (f's. 16), decorridos já são mais de sete anos, devendo, em consequencia, ser decretada a prescrição da ação.

MERITO

3ª - Demais, são improcedentes as alegações dos Autores. O coronel Ovínto Ferreira Diniz era dono da fazen-

da do "CARÊTA", sita no distrito desta cidade de Abaeté, com a enorme area de tres mil e setecentos e dois hectares e sessenta ares. Deu procuração a seu filho Inacio Afonso Diniz para vender um trecho dessa fazenda a quem lhe parecesse, pelo preço de cr. \$6.000,00. Ao contrário do que diz o 1º item da inicial, essa procuração (que se vê a fls. 12) não determinou a pessoa a quem devia ser vendido o terreno, nem a area deste, deixando tudo isto ao criterio do procurador.

4º - Seria desejo do cel. Ovínto Diniz vender uma parte em comum? É crível que um homem tão arguto, providente e cauteloso, como êle, se dispuzesse a sair de sua cômoda posição de proprietário único do "Carêta", para ordenar a venda de uma parte indivisa a uma pessoa extranha, com quem, em consequencia, iria êle ficar em comunhão, sujeito a todos os conhecidissimos inconvenientes que a indivisão acarreta?! Seria este o procedimento normal de "um bom pai de familia", do homem dotado de senso comum?!

A negativa impõe-se. Desde que a procuração não determinou devêsse o terreno ser vendido como uma gleba indivisa, a presunção hominis é no sentido contrário: a intenção dos vendedores era alienar um quinhão certo e delimitado, e sem dúvida hão de ter dado instruções verbais sobre o assunto a seu filho e procurador.

5º - Que realmente assim aconteceu, bem se vê da escritura de compra e venda de 19 de fevereiro de 1937 (fls. 14 destes autos), cujá inteira validade os Autores são os primeiros a proclamar (itens 2º, 3º e 9º da inicial) e que até vem mencionada e ressaltada no titulo de dominio dos Autores (fls. 5 v. e 6).

Essa escritura demonstra á sociedade que as partes tiveram em vista negociar uma sorte de terras divididas, e assim realmente o fizeram. É certo que nela não se qualificaram como "divididas" as terras objeto da venda; mas também ali não se disse que estivessem essas terras em comum. O que elucidado por completo este ponto é a menção, naquêlê instrumento, de todas as confrontações da gleba vendida, usando os vendedores de tanto cuidado que nem faltou o esclarecimento de também confrontar o terreno com os proprios outorgantes vendedores, isto é, como resto da fazenda do "Carêta", que permanecia sob o dominio do cel. Ovínto Diniz: si o intento dos vendedores fôsse alienar uma parte em comum, a escritura de venda absolutamente não poderia mencionar os mesmos vendedores como confrontantes, mas sim como socios ou comunheiros.

6º - Argumento ainda mais decisivo e conducente á mesma conclusão é a declaração que o procurador dos vendedores fez inserir na escritura de 19 de fevereiro de 1937, nos seguintes termos:

"A presente compra e venda é feita ad corpus, e não ad mensuram, de sorte que, si a area referida não fôr a legítima e verdadeira, o que prevalece é a area contida dentro das confrontações citadas, qualquer que e' a seja" (fls. 14 v.).

Como é claro, nenhuma importancia attribuíam vendedores e comprador á area exata do terreno negociado: o de que faziam questão fechada era do círculo ou perímetro desse terreno, fôsse qual fôsse a verdadeira area.

Evidentemente, pois, nessa primeira escritura de 19 de

81
antes

fevereiro de 1937, o terreno objeto da venda pactuada já veio considerado e caracterizado como dividido. Si essa escritura é perfeitamente válida, como proclamam os mesmos Autores, a conclusão é que o procurador dos vendedores tinha poderes para vender terras divididas!

E assim vai por terra o primeiro fundamento da ação.

7º - Lavrada a escritura de venda, o procurador dos outorgantes vendedores logo notou nela uma grave omissão: havia-se esquecido de fazer constar dela a linha divisória entre a parte vendida e o resto da fazenda do "Carêta", - linha esta que já fôra previamente fixada e até assinalada por marcos, assentados de comum acôrdo entre as partes.

Além das responsabilidades inerentes a todo mandatário, o procurador Inacio Afonso Diniz trazia ainda as decorrentes de sua qualidade de filho dos vendedores e, por isto, devia zelar com especial cuidado dos interesses destes: não queria nem podia deixar seus pais nessa situação dúbia de vendedores de terras divididas, mas sem limites declarados, situação que os rebaixava á condição de meros condôminos da fazenda, o que redundaria em futuras demandas, aborrecimentos e gastos.

Ele viu, como todos vêem, que o negocio não podia ser dado por concluído, nos termos em que se achava; viu que a escritura requeria um retóque final, um complemento qualquer, que lhe reparasse a falha, e procurou resolver o caso por meio de uma escritura de ratificação da primeira: si o não fizesse, então sim! - poderiam os mandantes culpá-lo de, por falta de diligencia e cuidado, os ter colocado na mais indesejável das situações jurídicas.

8º - Nesta censura não quiz incorrer o procurador Inacio Afonso Diniz. Dirigiu-se êle ao comprador do terreno, sr. Licurgo José de Bastos, obteve a aquiescencia deste a uma escritura de ratificação da venda já feita, visando completar o primeiro documento, e, de inteira-bôa fé, mandaram lavrar e assinaram, em data de 7 de junho de 1937, a escritura de f's. 16, onde se diz que

"os outorgantes ratificam, confirmam e completam a referida escritura (a de 19 de fevereiro, a f's. 14), para o fim especial de esclarecer que a linha divisória do terreno vendido, NA CONFRONTAÇÃO COM OS OUTORGANTES VENDEDORES, é a seguinte".

Não foi - é claro! - a escritura de ratificação que conceituou a venda como sendo de terras divididas: assim caracterizada já tinha sido ela na primeira escritura, como o demonstrámos nos itens 5º e 6º desta contestação. A escritura de ratificação limitou-se a completar a primeira com um esclarecimento de tal sorte indispensável que, sem êle, a escritura de venda de 19 de fevereiro, a f's. 14, ficaria reduzida a um monstrengo sem sentido, contraditório em seus proprios termos. Com efeito, como poderia a escritura mandar prevalecer a area contida dentro das confrontações nela referidas, estando uma destas (a confrontação com o resto das terras dos vendedores) sem limites fixados?! Não é patente o absurdo?

Assim, ao envez de ter sido a escritura de ratificação lavrada depois de concluído o negocio, como querem os Autores, foi ela o verdadeiro ato conclusivo da compra e venda em apreço:

"Por conclusão do negocio deve entender-se a ultimação dos atos complementares, que esgótem a possibilidade de qualquer atuação do procurador em beneficio dos in-

"interesses do seu constituinte" (Carvalho Santos, Cod. Civ. Interpr., v. 182, p. 310).

Com isto, cáí mais um argumento dos Autores.

92 - É visto que os Autores não podiam conservar-se firmes em suas alegações, achando-se estas sobre tão abajados alicerces.

Daí uma primeira contradição: proclamam êles a integral validade da escritura de 19 de fevereiro, a fls. 14, na qual as partes tão cuidadosamente caracterizaram como delimitado o terreno vendido, que chegaram a esclarecer o seu desejo de "prevaler a área contida dentro das confrontações citadas, qualquer que ela seja". Proclamam isto os Autores, e logo a seguir negam ao procurador Inacio Afonso Diniz poderes para vender terras divididas!

Negam-lhe tais poderes, pretendendo que o terreno vendido tenha ficado indiviso dentro da fazenda do "Carêta", e, por outro lado, increpam á escritura de ratificação ter omitido a confrontação com os outorgantes vendedores (item 6º da inicial). Não existe semelhante falta; mas, si fôsse real a omissão, parece que o lógico era rejubilar-se os Autores, vendo nela um argumento em favor de sua tese da indivisão da gleba vendida, e não arguir-a como uma grave falta do documento.

102 - Quanto á má fé com que teria agido o comprador Licurgo José de Bastos, e que é a ultima alegação dos Autores, estes querem deduzir-a, como claramente se vê do 6º item da inicial, de dois fatos: a) rezar a primeira escritura e omitir a segunda a confrontação com os vendedores; e b) dizer a segunda escritura que os marcos foram assentados de comum acôrdo, "o que não é verdade (alegam os Autores), pois na procuração não se encontram poderes para vender terras divididas".

Si provarmos a falsidade dos fatos básicos, estará derribada a alegação de má fé: sublata causa, tollitur effectus.

Ora, não é verdade que a segunda escritura, a de ratificação, que se vê a fls. 16, tenha omitido a confrontação com os vendedores: ao contrario, ela só mencionou esta confrontação, pois seu unico fim foi justamente esclarecer qual a linha divisoria da gleba vendida, na confrontação com os outorgantes vendedores (fls. 16 v.)!... E tambem não é verdade que a procuração negasse poderes ao mandatario para vender terras divididas: isto se vê do seu contexto, a fls. 12. Ao contrario do que dizem os Autores, tudo indica que a verdadeira intenção dos mandantes era alienar uma gleba delimitada, como já mostrámos nos itens 4º, 5º e 6º desta contestação.

Aliás, foi o procurador Inacio Afonso Diniz que declarou ao tabelião ser intenção dos vendedores alienar uma sorte de terras divididas; foi êle que estipulou a clausula da venda ad corpus e não ad mensuram; foi êle que disse em cartorio terem sido os marcos assentados de comum acôrdo entre as partes; foi êle que descreveu a linha divisoria com o resto das terras dos vendedores, - limitando-se o comprador Licurgo José de Bastos á fórmula tabeliôa de que "aceitava a escritura nos termos em que se achava redigida".

É forçar muito a lógica, pretender-se deduzir daí má fé no comprador Licurgo. Si aquêlas declarações pudessem indiciar má fé (e para isto não "percebe qualquer razão!"), seria o procurador Inacio, - único a quem são elas imputáveis - que teria agido de má fé, e não o comprador Licurgo José de Bastos.

11º - De resto, a regularidade da escritura de ratificação e sua conformidade com os desejos dos vendedores são confirmadas pelo fato de terem estes, nos cinco anos seguintes à data daquele instrumento, visitado frequentemente a fazenda do "Carêta", onde viram os marcos divisorios da parte vendida, encontraram os Réos na posse desta parte e nada reclamaram.

Si houvesse a nulidade agora invocada pelos Autores, o próprio cel. Ointo Diniz sem demora teria vindo a Juízo, afim de reclamar o seu pronunciamento; e a verdade é que nada fez e nada disse: qui tacet consentire videtur.

12º - Queremos agora admitir, para argumentar, que tivesse sido irregularmente outorgada a escritura de ratificação de fls. 16, tal como pretendem os Autores.

Nem por isto seria procedente a ação: duas razões imperiosas restariam, para rechassar como injuridico o pedido constante da inicial.

A primeira dessas razões é o fato de terem sido logo registradas tanto a primeira como a segunda escritura (vide certidão inclusa), junto à circunstancia de serem os Réos adquirentes de boa fé, o que nem os Autores negam. Verificaram os Réos que o Registro de Imoveis - fonte oficial de informações sobre a propriedade - apontava Licurgo José de Bastos como dono e, fiados na garantia que a lei empresta ao Registro, adquiriram de Licurgo o imovel em questão, que, em seguida, foi objeto de sucessivas alienações, todas igualmente registradas (fls. 27, 29, 31, 34, 39, 44, 48, 50, 54, 58, 60, 62, 64 e 69), todas realizadas sob indiscutivel boa fé dos alienantes e adquirentes.

Isto posto, ouçamos os mestres:

"A segurança das transações imobiliarias exige que, embora necessitando de causa juridica várida, a transcrição, uma vez realizada, se considere como representando a situação real da propriedade; e, portanto, o terceiro, que, de boa fé, contratar a título oneroso, confiado nos assentos do Registro, adquirirá o direito, ainda que quem figure como proprietario na realidade o não seja.

Quem, de boa fé, com título sem vicio, contrata com um proprietario injusta ou erroneamente inscrito, adquire válidamente o direito, que o Registro lhe afirmára pertencer á pessoa com quem contratára" (Lisipo Garcia, A transcrição, pp. 147-148).

"Entre as partes e em vista de terceiros de má fé, incluídos os adquirentes a título gratuito, a transcrição depende da validade do título que lhe dá origem. Si este é nulo, ela de nada vale, porque ela não é título, nem póde transferir direito que não tem o alienante, como na tradição: nemo plus juris ad alium transferre potest quam ipse habet.

Mas, em relação a terceiros de boa fé, a transcrição é a prova que a lei lhes oferece. Em vista deles, esse principio perde a sua força pela sua inconveniencia, como diz Clovis Bevilacqua. Neste caso, a transcrição é a prova cabal ou a irrecusavel prova plena do dominio, e torna-se irremovivel, em vista de terceiros de boa fé, si não tiver sido previamente declarada nula por sentença ou, pelo menos, contestada por ação devidamente inscrita"

(Almeida Prado, Transmissão da propriedade imovel, p. 129).

"Sendo a transcrição modo de adquirir o dominio, desde

"que os atuais proprietários de boa fé adquiriram o imóvel registrado em nome do alienante, que para os efeitos legais era, então, o proprietário, entendendo que os herdeiros não têm ação contra eles para anular-lhes o registro, como teriam, si fôsem eles coniventes no crime do alienante.

É contra o usurpador que os herdeiros têm ação, que, na esfera civil, será de indenização, por não ser possível a restituição do imóvel" (Clóvis Bevilacqua, Soluções práticas de direito, v. 32, p. 91).

De acôrdo com esses princípios de direito, nulo que fôsse o título de domínio de Licurgo José de Bastos, não teriam os Autores ação contra os Réos, como adquirentes de boa fé.

13ª - A segunda razão de improcedencia do pedido, mesmo no caso de admitirmos a nulidade da escritura de ratificação de fls. 16, é que os Autores reconhecem, proclamam e defendem a validade da compra e venda corporificada na primeira escritura, a de fls. 14, conforme dizem e repetem nos itens 3ª e 9ª da inicial, tanto mais quanto essa venda está mencionada e ressalvada no próprio título de propriedade dos Autores (fls. -5 v.).

Querem eles que os Réos, como sucessores de Licurgo José de Bastos, só tenham válidamente adquirido, dentro da fazenda do "Carêta", a área constante da escritura de 19 de fevereiro, sem fixação de limites (pois entendem que o procurador Inácio não podia vender terras divididas), achando-se os Réos, em consequência, em comunhão com os Autores.

Sendo assim, é evidente que os Autores reconhecem aos Réos pelo menos a situação de condôminos do imóvel reivindicando; - e é o quanto basta para terem eles o direito incontestável de possuir o dito imóvel:

"Condomínio é a propriedade de cada condômino na totalidade da coisa pro indiviso. É esta relação de domínio e posse pro indiviso que caracteriza o condomínio: todos igualmente, mas sem constituírem pessoa moral, são senhores, não de partes respectivas, mas da coisa"

(Dr. Penaforte Mendes, no prefácio do livro Terras, de F. Witaker, 6a. ed., p. 19).

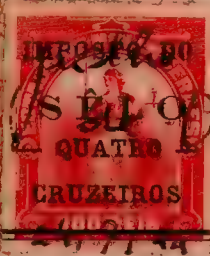
"O domínio de cada consorte não se restringe a uma parte da coisa indivisa, mas abarca toda a coisa. CADA UM É PROPRIETÁRIO DE TODA A COISA" (Virgílio Sá Pereira, Manual do Cod. Civil, v. VIII, p. 397).

É, pois, justa a posse dos Réos. E sómente contra quem injustamente possúe uma coisa é que tem cabimento a ação de reivindicação (art. 524 do c.c.). É um absurdo, que raia pela temeridade, exigirem os Autores dos Réos a devolução de um imóvel, sob a alegação de que esse imóvel pertence em comum a uns e a outros!

14ª - São considerações, essas, que deixam evidenciada, não apenas a irremediável improcedencia do pedido, mas até a temerariedade da lide intentada. Em consequência, deve a ação ser julgada improcedente (si não fôr decretada a sua prescrição), condenando-se os Autores ao pagamento das custas,

83
am tag

P. r. 1. 7021



1946

Living (inscribed n.º 383)

24/71
RS. 1044

84
Antes

1
Aunad

ERLANDO JOSÉ DE ANDRADE, Escri-
vão do Judicial e Notas do Primeiro Ofício
e Oficial do Registro de Imóveis, nesta
Comarca de Abaeté, Estado de Minas Gerais,
na forma da lei, etc.

C E R T I F I C O e dou fé, a
requerimento do Deutor José Alves de Oliveira, que, revendo
os livros de Registro de Imóveis e de Notas a meu cargo, dê-
les verifiquei constar o seguinte:- 1º)- A escritura de com-
pra e venda de bens de raiz passada neste cartório em data
de desenove de Fevereiro de mil e novecentos e trinta e sete,
a folhas cento e vinte e nove, do Livro de Notas numero trin-
ta e sete, na qual figuraram, como outorgantes vendedores,
o Snr. Clinto Ferreira Diniz e sua mulher D. Francelina Can-
dida Diniz e, como outorgado comprador, Licurgo José de Bas-
tos,- foi transcrita no Registro de Imóveis sob numero dois
mil e cento e setenta e oito, em data de vinte de Fevereiro
de mil e novecentos e trinta e sete, a folhas cento e vinte
e cinco, do livro 3-H; 2º) - A escritura de ratificação dessa
mesma venda, lavrada neste cartório, em data de sete de Ju-
nho de mil e novecentos e trinta e sete, a folhas trinta e
duas face e verso do livro de notas numero trinta e oito,
entre as partes já referidas. foi transcrita no Registro de
Imóveis sob numero dois mil e duzentos e noventa e oito, em
data de nove de Junho de mil e novecentos e trinta e sete.
a folhas cento e cinquenta do Livro 3-H.- E, quanto ao que
me foi requerido certificar, era o que constava em meu car-
tório.- O referido é verdade, do que dou fé, nesta cidade de
Abaeté, aos vinte e um (21) de Julho de mil e novecentos e
quarenta e quatro (1944).- EU, *Oscar José de*
Aunad, Escrivão do primeiro ofício, o datilografei.
subscrivi e assino.

ABAETÉ. 21

Oscar José de



Julho de 1. 944.
Aunad

9. 8411.20

Aunad

Ps. Mr. H.

José Alves

Aunad

85
autog

Amatula

e do voto e quotas de
julho de 1944, junto
a estes votos a
petição em frente.
O recibo. Contagem

0,50
autog

86
am. 10/5

Чаша керемет.

Phaeo, 24. maio 1846

Rehaves

Podendo os denunciantes intervir na causa como assistentes do chamado á autoria (Jorge Americano, Cod. do Proc. Civ., v. I, p. 792), vêm os suplicantes requerer se digne V. Excia. de admitir-os como tais, nos autos da mencionada ação.

Desde já declaram que, conhecendo os termos da contestação oferecida por José Gonçalves Filho e sua mulher, os petição-narios a adotam integralmente como sua e nada mais têm a acrescentar áquella peça.

Requerem mais se digne V. Excia. de mandar juntar esta aos autos respetivos, para os fins de direito.

PP. Deferimento.

Abaeté, 24

P. F. Fox



BRASIL

BRASIL
1946

de Oliveira, (inscribed n.º 383)

- Conclusão -

Em vinte e cinco de julho
de 1944, junto, digo, ao
conclusão destes autos ao
Exmo. Sr. Juiz de Direito
da comarca de Curitiba.
Curitiba

0,50
atg

- Conclusão op. 3ica -

6,00

Sobre a matéria prescricional
allegada na contestação,
paleo o autor, na forma do
art. 224 u. 4, dentro do prazo
de seu aia. 9.

Abati, 29. julho 44.

Abati

- Data -

Recebi estes em vinte
e nove de julho de 1944.
O escrivão, Curitiba

0,50
atg

- Certidão -

Certifico e dou fe
que em todo o enter-
do do despacho supra,
intimei, hoje, nesta
cidade, o advogado Don-
to Rodolfo insolo de
Curitiba, procurador
destes, do que se tudo

5,00
atg

fiem bem certo. O referido
é verdade. Abaile, 31 de Julho
de 1944. O escrivão,
Martinho Alvares da Silva Coutinho

- Vista -

0,50
autog

era minha data supra,
fuei estes autos em vista
ao advogado Doutor Raulo
Rogério de Castro, procurador
dos autos. O escrivão, Coutinho

- Vista -

O resposto em papel separado.

Abate, 1 de agosto de 1944

Raulo Rogério Castro

- Data -

0,50
autog

Recebi estes autos em
2 de agosto de 1944, em
a resposta em separado.
O escrivão, Coutinho

untada

0,50
autog

atos dois de agosto de
1944, junto a estes autos
as alegações dos autos,
que adiante se seguem.
O escrivão, Coutinho

88
antes

DISTINTO JULGADOR.

O meu distinto colega Dr. Jose'Alves de Oliveira, a quem tributo verdadeira admiração pelo talento e etica profissional, fez nas belas paginas de fls e fls estudo apurado do caso em apreço, mas apesar de tudo, vê-se que incorreu em erro.

A parte principal do seu argumento é a PRESCRIÇÃO do direito dos meus constituintes.

NÃO HA PRESCRIÇÃO. Com esforço procurou enquadrar o caso em debate no art.178 § 9º do Codico Civil, quando esta' no artigo 177, em face do que dispõe o art.179 do referido Codigo.

A escritura publica passada em 7 de junho de 1937, por Inacio Afonso Diniz a Licurgo Jose' de Bastos, de fls 16, é nula de pleno direito, por faltar poderes ao outorgado, conforme se verifica no seu teor.

Com a escritura de 19 de fevereiro de 1937, fls 14, ficou terminado o mandato como procurador do outorgante, fls 18, e só com outra procuração, com poderes expressos para ratificação, podia ser passada outra escritura.

Assim, faltando poderes ao outorgado, o ato da venda é nulo e nenhum valor tem. Canv Santos. Cod Civ Com.

Vol. XCII

O ilustre desembargador Paula Mota em acordão de 1942, fls 149, estuda um caso igual, e sua leitura não podera' ser dispensada pelo ilustre julgador. Com poucas linhas os autores desmoronaram o articulado dos reus.

A outra parte da contestação não pode manter se de pé, tal a fragilidade dos argumentos, apesar de escritos por mão de mestre. O Coronel Orlito Diniz deu ou passou escritura ao seu protegido, Licurgo Jose' de Bastos, conforme se vê na escritura de fls 14 dos autos, outorgando poderes ao seu filho Inacio Afonso Diniz, mas marcando o preço de seis mil cruzeiros, sendo a area de 35 alqueires.

O procurador cumprio o mandato de fls 12 v, no qual não consta outros poderes, principalmente para passar escritura de RATIFICAÇÃO.

Assim a escritura de fls 16 é nula de pleno direito, pela ilegitimidade do procurador. O outorgante da procuração de fls, não pode ser prejudicado em seu patrimonio, por um ato do outorgado, vendendo bens em maior quantidade do constante no mandado. Os argumentos da defesa caem por terra, e são os constantes do 4º, 5º e 6 articulados.

Os conceitos emitidos no 7º articulado, são também fracos, pois não era possível ao ppe dos autores, conceder poderes ao procurador para vender por seis mil cruzeiros uma area de cerca de cem alqueires geometricos.

O 8º articulado é inveridico, pois o comprador Licurgo Jose de Bastos, procurou o escrivão que havia passado a primeira escritura, e pediu-lhe passar uma segunda escritura de ratificação, e o mesmo sem examinar a procuração que se achava em seu cartorio, passou a segunda escritura de ratificação, e chamou o procurador para assinal-a, o que foi feito sem faldade de sua parte, pois essa só havia no comprador, que queria usufruir grandes lucros com a propriedade alheia.

O 9º articulado é como os demais fraco, pois os vendedores deram a Licurgo 35 alqueires em um ponto da fazenda, na parte extrema da propriedade, que por si dispensava divisas.

O 10º articulado procura provar que não houve má fe em Licurgo. Os vendedores deram a Licurgo 35 alqueires, confrontado com terras de sua propriedade, e o comprador embrulhou o procurador dos vendedores, pessoa distinta mas que em tudo acredita, e o fez assinar a escritura de ratificação, suprimindo a divisa com os vendedores, e levou-a para onde quiz, com a apropriação de quasi cem alqueires.

O 12º articulado é falho como os outros. O registro não tira nem da direito, dependendo a sua validade do ato, se for revestido das formalidades legais.

Se assim não fosse,ninguem teria garantias,podendo a sua propriedade ser vendida por um tratante,e feito o registro estava perdida.

Afirma o contestante "a transcrição depende da validade do titulo que lhe dá origem ".Ora,o titulo de origem e'nulo de pleno direito e que valor pode ter a transcrição desse titulo ?

A transcrição e'modo de adquirir o dominio,mas depende da validade da escritura do vendedor.Uma escritura passada por um falso procurador,naõ pode valer,é nula,e com ela todas as que lhe seguirem os passos.

Cabe aos contestantes receberem o que lhes pertencem dos seus vendedores sucessivamente,pois estes ficaram obrigados pela evicção.Os contestantes nada perdem,e ficam com os trinta e cinco alqueires pertencentes a Licurgo Jose'de Bastos.

O 18º-É valida e isso afirmam os autores a primeira escritura,feita pelos paes dos mesmos,e tirados os 35 alqueires pertencentes a Licurgo Jose'de Bastos,os demais têm que voltar a propriedade dos autores.

Ainda se Vê na escritura dos autores que os seus paes garantiram os alqueires vendidos,ou dados ao comprador Licurgo.

Os contestante possuem de fato os 35 alqueires no imovel Careta,que forem demarcados apos a sentença de nulidade da escritura de fls.

O que pretendem ESCLUSIVAMENTE OS AUTORES,é que por sentença seja decretada a nulidade da escritura de RATIFICAÇÃO,por falta de poderes do outorgado Inacio Afonso Diniz,para passar escritura dando divisas,colocando marcos,etc, e assim possa ser feita a divisão do imovel e demarcação das divisas,sendo os contestantes condenados ao pagamento das custas,honorarios de advogado,

O que pretendem os reus habilmente defendidos pelo seu patrono,é que continuem de posse de um terreno da exclusiva propriedade dos autores, que adquiriram.

Naõ ha temeridade na lide intentada,baseada dentro do direito,para nulidade de uma escritura nula,e com as provas mais do que legais.

Pela lei, pela jurisprudencia, pelo bom senso, estão os autores baseados no direito que lhes assiste, de pleitearem a nulidade da escritura de ratificação, e esperam do esclarecido e digno magistrado que ira julgar a questão, será feita justiça, apesar das magistraes alegações do digno defensor dos réos, figura que honra a advocacia mineira.

Protestam os autores por todo genero de provas admitidas em direito, vistorias, arbitramentos, depoimentos dos citados, para afinal serem os contestantes condenados ao entrega dos terrenos que não lhes pertencem, pagarem as custas da ação, honorarios de advogado, na razão de vinte por cento sobre o valor da causa.

ABAETÉ, 1 de Agosto de 1944.

Rudolfo Augusto Castro 401



- Enclosures -

ctm. Treis de julho, orig., de agosto
de 1944, faco estes autos em-
clum do Ex. L. J. Juiz de
Direito. El escribi, En tasun
- En clum ofel. Rica.

0,50
autog

4,00

El cartorio para puntada de
una procuratoria, digo, una
precatore.

Robate, 23 agosto autog

RdM

- Dato -

Recibi estos autos en
23 de agosto de 1944. El
escribano. En tasun

0,50
autog

de acordo com o contrato
de compra e venda de
terreno, datado de
1944, em 11 de maio.

Atestada

0152
1944

Em vinte e quatro (24)
de agosto de 1944, junto
a estes autos a carta
precativa em frente.
O cidadão, Estácio

91
Entreg 1
Jauzele

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA

- DE -

DORES DO INDAIÁ — MINAS

1944.-

- CARTA PRECATORIA PARA A CITAÇÃO DE

BEBIANO PINTO FIUZA E SUA MULHER -

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ABAETE, MINAS, DEPRECANTE.-

JUIZO DE DIREITO DESTA COMARCA DE DORES DO INDAIÁ, DEPRECADO.-

Osvaldo Afonso Diniz e outros, requerentes.

O ESCRIVÃO,

Jauzele
AUTUAÇÃO

Aos doze (12) ----- DE Junho ----- DE MIL, NOVE-

CENTOS E QUARENTA E quatro, -----, NESTA CIDADE, TERMO E COMARCA DE DORES DO INDAIÁ,

EM MEU CARTÓRIO, AUTUEI A PETIÇÃO diro a precatória ----- QUE SE SEGUE -----.

EU, *Jaime Belga de Sousa*, ESCRIVÃO DO 2º. OFÍCIO, A CONFERI E ASSINO

Jaime Belga de Sousa
PROCURADORES:

DO PROMOVIENTE Dr. Rodolfo Argolo Castro.

DO PROMOVIDO -----

92
moby 1
antes 2
passado

CARTA PRECATORIA DIRIGIDA AO EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE DORES DO INDIAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA OS FINS QUE ADEANTE SE DECLARA.

O DOUTOR PEDRO GONÇALVES CHAVES, JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE ABAETÉ, NA FORMA DA LEI.

Faça saber a Vossa Excelencia, senhor Doutor Juiz de Direito da comarca de Dorés do Indaiá, ou quem as suas vezes fizer e o conhecimento desta pertencer, que, por parte de Osvaldo Afonso Diniz e outros, me foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Abaeté. Dizem Osvaldo Afonso Diniz e outros na ação que correm com Bibiano Pinto Fiuza e outros, e que corre pelo cartorio do 8º officio, que não tendo sido intimado o réo Bibiano Pinto Fiuza, por residir na comarca de Dorés do Indaiá, requer a V. Excia. se digne mandar expedir uma carta precatoria para a citação do referido snr. P. de ferimento e J. Abaeté, 1 de junho de 1944. (Assinado) Rodolpho Argolo de Castro". Na referida petição, dei o seguinte despacho: "J. aos autos, expeça-se a precatoria, para cuja devolução narco o prazo de 10 dias. Abaeté, 3 de Junho de 1944. (Assinado) P. Chaves". Assim, nos termos da petição e despacho acima transcritos, depreco a V. Excelencia a citação do senhor Bibiano Pinto Fiuza e de sua mulher, aí residentes, por todo o conteúdo da petição inicial da referida ação e despacho nela exarado, os quaes seguem por copias:

PETIÇÃO :- "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca de Abaeté. Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz, e Osvaldo Afonso Diniz, fazendeiros, residentes os dois primeiros no Carmo da Mata e os dois ultimos neste municipio, por seu procurador abaixo assinado, vem requerer a citação dos abaixo arrolados, residentes neste municipio, para responderem aos termos de uma ação ordinaria,

de nulidade de escrituras, em que os suplicantes provarão, sendo necessario: 1º)-que em nove de fevereiro de 1937, o Coronel Clinto Ferreira Diniz e sua mulher, D.Francelina Candida Diniz, residente no Carmo da Mata, constituiram seu procurador o snr. Inacio Afonso Diniz, casado, residente em Dóres do Indaia, para o fim especial e unico, de vender ao sr, LICURGO JOSÉ DE BASTOS, fazendeiro, casado e residente na ocasião em Abaeté, e actualmente no Carmo da Mata, uma parte de terras, de quinze alqueires de culturas e vinte de campo, na fazenda Nossa Senhora da Penha do Careta, situada no municipio de Abaeté, pelo preço de seis mil cruzeiros, confrontando com terras de F. Messias, João Passo, Miguel Rodrigues Bráz, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viuva e herdeiros de Dr.Jacinto Alvares da Silva Campos e terras dos vendedores; Doc. n.1. 2º)- Que de fato, em 19 de fevereiro de 1937, nas notas do cartorio do 1º officio da Comarca de Abaeté, o outorgado Inacio Afonso Diniz, na qualidade de procurador do Coronel Clinto Afonso Diniz e de sua sua mulher, passou a escritura de venda dos terrenos acima mencionados, 15 alqueires de cultura e vinte de campo, ao sr. Licurgo José de Bastos, com as confrontações constantes do documento junto. Doc. n.2. 3º)-Que com esta escritura ficou terminado o mandato que lhe foi conferido pelos outorgantes, pois o outorgado cumpriu o que lhe foi determinado expressamente. 4º)-Que o outorgado Inacio Afonso Diniz, ainda de posse da procuração que lhe foi conferida pelos outorgantes, e sem mais poderes expressos em outra procuração, a chamado de Licurgo José de Bastos, em 7 de junho de 1937, nas notas do cartorio do 1º officio, passou ao mesmo uma escritura de retificação da escritura de compra e venda, na qual consta uma parte de terras: "de 15 alqueires de cultura e 20 de campos dividindo com varios, e não com os vendedores. 5º)- Que apesar de constar nessa escritura uma parte de 15 alqueires de cultura e 20 de campos, as divisas dadas abrangem uma area de mais de cem alqueires geometricos; 6º)- Que Licurgo José de Bastos para receber

93
Pinto
2
Pinto
3
Pinto

a escritura de retificação usou de má fé, pois na primeira escritura diz "confrontando com terras dos vendedores e na outra não existe essa confrontação e diz que os marcos foram cravados de comum acordo, o que não é verdade, pois na procuração não se encontram poderes para vender terras divididas. 7º)-que o terreno vendido a Licurgo José de Bastos, ou por outra, o terreno dado ao mesmo, ficou dentro das terras pertencentes aos vendedores, sem marcos, nem divisas certas, pois apenas lhe foram vendidos os 15 alqueires de cultura e 20 de campos; 8º)- Que Licurgo José de Bastos logo após receber essa escritura de rectificação vendeu as ditas terras a José Gonçalves Filho, por escritura transcrita sob nº XX sob nº 2.333 Liv 3 I. 9º)-Que sendo essa escritura de rectificação nula de pleno direito, por falta de poderes conferidos ao outorgado Inacio Afonso Diniz, deve a presente ação ser julgada provada e procedente, afim de ser julgada nula a escritura passada em 7 de junho de 1937, ficando apenas válida a venda dos 15 alqueires de cultura e 20 de campos na citada fazenda. Nestes termos, dando o valor de dez mil cruzeiros a causa, requerem a V.Excia. se digne mandar citar os abaixo arrolados, para responderem aos termos da presente ação ordinaria de nulidade de escritura e reivindicação das terras que se encontram em seus poderes, contestarem a mesma ação dentro do prazo, chamarem á autoria Licurgo José de Bastos, acompanharem todos os termos da causa até final sentença e sua execução. Protestam por todo genero de provas admitidas em direito, vistorias, precatorias, depoimentos pessoais dos citados, na forma da lei. Em tempo, o valor da causa é de cr.\$ 50.000,00. P.deferimento, sendo esta D.A. Com uma procuração e certidões. Abaeté, 25 de abril de 1944. (Assinado) Rodolpho Argolo de Castro-inscrição n.401. NOMES: José Gonçalves Filho. Bibiano Pinto Fiuza, Higino José Viana. João Ferreira de Matos Filho. Pedro José de Alcatara, Jeronimo Justino da Silva. Antonio Ferreira da Costa, João Alves Moissinho. Artur Ferreira da Silva e suas mulheres. Todos são residentes neste municipio e na fazenda de Nossa Senhora do Ca-

Carreta". Na referida petição, foi dado o seguinte despacho: "D. e A., pago o imposto de causa, expeça-se o mandado citatorio. Abaeté, 25-Abril de 1944. (Assinado) P.Chaves". Depreco ainda a Vossa Excelencia a citação do mesmo senhor Behiano Pinto Fiuza e de sua mulher, por todo o conteúdo da petição seguinte e respectivo despacho: Petição:- "Exmo.Sr.Dr. Juiz de Direito de Abaeté. Por seu procurador, dizem Maria Iraxedes de Jesús, domestica, Antonio Justiniano da Silva e Sebastião Justino da Silva, lavradores, residentes no distrito desta cidade, que aquela primeira foi citada, como sucessora de seu finado marido Jeronimo Justino da Silva, para responder aos termos da uma ação de anulação de escritura e reivindicação de terras, proposto perante esse juizo e pelo cartorio do terceiro officio por Ascanio Afonso Diniz e outros contra José Gonçalves Filho e outros. Além disto, sabem os suplicantes que João Alves Moisinho, tambem incluída entre os réus da referida ação, está chamando á autoria os peticionários, como sucessores universaes, que efetivamente são, do finado Jeronimo Justino da Silva, de quem o dito João Alves Moisinho comprou sua parte no imovel objecto daquela ação.Os suplicantes, dando-se por cientes deste chamamento á autoria, dispensam a citação para este fim requerida a V.Excia. pelo mesmo João Alves Moisinho, e, por sua vez, nos termos do art. 95 do c.p.c., e sous paragrafos, querem achmar á autoria, como ora o fazem, o senhor Behiano Pinto Fiuza e sua mulher, dos quaes os falecido Jeronimo Justino da Silva comprou sua parte no imovel em questão. Requerem, pois, que, com suspensão do curso em lide, se digne V.Excia. de ordenar a citação do sr. Behiano Pinto Fiuza e sua mulher, residentes em Lóres de Indaia, para virem defender a propriedade da coisa por elles vendida e acompanhar a causa em todos os seus ultteriores termos, para os fins e sob as cominações de direito. J. esta, com os inclusos documentos, aos autos respectivos, P.deferimento. Abaeté, 29 de maio de 1944. I.P. (Assinado) José Alves de Cliveira (inscrição nº 388)". Na referida petição, dei o seguinte despacho: "Como requerem". Abaeté,-29-Maio-944. (As-

94 3
Antes 4
Assinado P. Chaves. Assim, pois, depois que Vossa Excelência,
exarando o seu respeitavel "COTRA-SE", assim mandar cumprir
fazendo, em seguida, devolver esta carta ao meu juizo, fará jus-
tiga ás partes e a mim mercê. DADA E PASSADA nesta cidade de
Abacté(Minas), aos seis dias do mês de junho de mil e novecentos
e quarenta e quatro. (Sêlos afinal). Eu, Mas tinto Silva
da Silva e Coutinho, escrivão do terceiro offi-
cio, a datilografei e subscrevi.

Caro Silveira

Nº 193.

D. ao 2º Ofício

Dores 12 de Junho de 1944

Agualdo Felipe de Sousa

Carta
e resq
e tado
na an
los.
Antes

Ciente Dares 12 de junho de 1944
Beliano Pinto Fiuza

Certidão

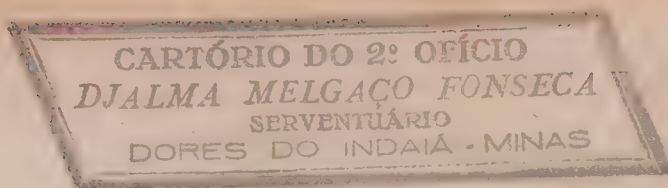
Certifico ter expedido
e entregueado ao oficial Manuel
Gomes da Silva o mandado de
citação.
Doe, do Lubaia, 12 de junho de 1944.
Galeun Belga, escrivão.

R-2,00
M-2,00
Sub-0,60
R-11,70
16,30

JUNTADA

Aos 24 de julho - de 1944, jun-
to a estes autos o mandado - em frente. Eu,
Manoel de Souza Lima, o escrevi.

0,50.



15
inib
5
Fonseca
1
Fonseca

O doutor Armando Pinto Monteiro, Juiz-de-Direito desta comarca de Dolres do Indaiá, Minas, na forma da lei, etc.

M A N D A ao oficial de Justiça Custódio, digo, Justiça Manuel Gomes da Silva que, em qualquer parte dêste termo, cite a Bibiano Pinto Fiuza e sua mulher, residentes nesta comarca, por todo o conteúdo e para os fins constantes da precatória seguinte: "Faço saber a Vossa Excelência, senhor Doutor Juiz de Direito da comarca de Dolres do Indaiá, ou quem as suas vezes fizer e o conhecimento desta pertencer, que, por parte de Osvaldo Afonso Diniz e outros, me foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Abaeté. Dizem Osvaldo Afonso Diniz e outros na ação que contendem com Bibiano Pinto Fiuza e outros, e que corre pelo cartorio do 3º ofício, que não tendo sido intimado o réu Bibiano Pinto Fiuza, por residir na comarca de Dolres do Indaiá, requer a V. Excia. se digne mandar expedir uma carta precatoria para a citação do referido snr. P. deferimento e J. Abaeté, 1 de junho de 1944. (Assinado) Rodolfo Argolo de Castro." Na referida petição, dei o seguinte despacho: "J. aos autos, expeça-se a precatoria, para cuja devolução marco o prazo de dez dias. Abaeté, 3 de Junho de 1944. (Assinado) P. Chaves." Assim, nos termos da petição e despacho acima transcritos, depreco a V. Excelência a citação do senhor Bibiano Pinto Fiuza e de sua mulher, aí residentes, por todo o conteúdo da petição inicial da referida ação e despacho nela exarado, os quaes seguem por cópias: PETIÇÃO: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca de Abaeté. Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz, e Osvaldo Afonso Diniz, fazendeiros, residentes os dois primeiros no Carmo da Mata e os dois últimos neste município, por seu procurador abaixo assinado, vêm requerer a citação dos abaixo arrolados, residentes neste município, para responderem aos termos de uma ação ordinária, de nulidade de escritura, em que os suplicantes provarão, sendo necessário: 1º) - que em nove de fevereiro de 1937,

o Coronel Olinto Ferreira Diniz e sua mulher, d. Francelina Cândida Diniz, residentes no Carmo da Mata, constituíram seu procurador o snr. Inácio Afonso Diniz, casado, residente em Dolores do Indaiá, para o fim especial e único, de vender ao sr. LICURGO JOSE DE BASTOS, fazendeiro, casado e residente na ocasião em Abaeté, e atualmente no Carmo da Mata, uma sorte de terras, de quinze alqueires de culturas e vinte de campo, na fazenda Nossa Senhora da Penha do Careta, situada no município de Abaeté, pelo preço de seis mil cruzeiros, confrontando com terras de F. Messias, João Raso, Miguel Rodrigues Braz, Pedro Marques Filho, Francisco Guimarães, viuva e herdeiros de Dr. Jacinto Álvares da Silva Campos e terras dos vendedores; Doc. n. 1. - 2º) - que de fato, em 19 de fevereiro de 1937, nas notas do cartório do 1º ofício da Comarca de Abaeté, o outorgante, digo, o outorgado Inácio Afonso Diniz, na qualidade de procurador do Coronel Olinto Afonso Diniz e de sua mulher, passou a escritura de venda dos terrenos acima mencionados, 15 alqueires de cultura e vinte de campo, ao sr. Luci, digo, sr. Licurgo José de Bastos, com as confrontações constantes do documento junto. Doc. n. 2. - 3º) - que com esta escritura ficou terminado o mandato que lhe foi conferido pelos outorgantes, pois o outorgado cumpriu o que lhe foi determinado expressamente. 4º) - que o outorgado Inácio Afonso Diniz, ainda de posse da procuração que lhe foi conferida pelos outorgantes, e sem mais poderes expressos em outra procuração, a chamado de Licurgo José de Bastos, em 7 de junho de 1.937, nas notas do cartório do 1º ofício, passou ao mesmo uma escritura de retificação da escritura de compra e venda, na qual consta uma parte de terras: "de 15 alqueires de cultura e 20 de campos dividindo com vários, e não com os vendedores; 5º) - que apesar de constar nessa escritura uma parte de 15 alqueires de cultura e 20 de campos, as divisas dadas abrangem uma área de mais de cem alqueires geométricos; 6º) - que Licurgo José de Bastos para rece-

96
6
Laudes
2
Hauzcar

receber a escritura de retificação usou de má fé, pois na primeira escritura diz "confrontando com terras dos vendedores e na outra não existe essa confrontação e diz que os marcos foram cravados de comum acordo, o que não é verdade, pois na procuração não se encontram poderes para vender terras divididas. 7º) - Que o terreno vendido a Licurgo José de Bastos, ou por outra, o terreno dado ao mesmo, ficou dentro das terras pertencentes aos vendedores, sem marcos, nem divisas certas, pois apenas lhe foram vendidos os 15 alqueires de cultura e 20 de campos; 8º) - Que Licurgo José de Bastos logo após receber essa escritura de rectificação vendeu as ditas terras a José Gonçalves Filho, por escritura transcrita sob nº 2.333 Liv. 31. - 9º) - Que sendo essa escritura de rectificação nula de pleno direito, por falta de poderes conferidos ao outorgado I-nácio Afonso Diniz, deve a presente ação ser julgada provada e procedente, afim de ser julgada nula a escritura passada em 7 de Junho de 1.937, ficando apenas valida a venda dos 15 alqueires de cultura e 20 de campos na citada fazenda. Nestes termos, dando o valor de dez mil cruzeiros à causa, requerem a V. Excia. se digne mandar citar os abaixo arrolados, para responderem aos termos da presente ação ordinária de nulidade de escritura e reivindicação das terras que se encontram em seus poderes, contestarem a mesma ação dentro do prazo, chamarem à autoria Licurgo José de Bastos, acompanharem todos os termos da causa até final sentença e sua execução. Protestam por todo gênero de provas admitidas em direito, vistorias, prre, digo, vistorias, precatórias, depoimentos pessoais dos citados, na forma da lei. Em tempo, o valor da causa é de Cr\$50.000,00. P. deferimento, sendo esta D.A., com uma procuração e certidões. Abaeté, 25 de Abril de 1.944. (Assinado) - Rodolfo Argolo de Castro - inscrição n. 401. NOMES: José Gonçalves Filho. Bibiano Pinto Fiuza. Higino José Viana. João Ferreira de Matos Filho. Pedro José de Alcantara. Jeronimo Justino da Silva. Antonio Ferreira da Costa. João Alves Moisinho. Artur Ferreira da Silva e suas mu-

lheres. Todos são residentes neste município e na fazenda de Nossa Senhora do Careta. "Na referida petição, foi dado o seguinte despacho: "D. e A., pago o imposto de causa, expêça-se o mandado de, digo, mandado citatório. Abaeté, 25-Abril-de 1944. (Assinado) - P. Chaves. "Depreco ainda a Vossa Excelên-^{de}cia a citação do mesmo senhor Bebiano Pinto Fiuza e sua mu-
lher, por todo o conteúdo da petição seguinte e respectivo despacho: Petição: - "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté.
Por seu procurador, dizem Maria Praxedes de Jesús, doméstica, Antônio Justiniano da Silva e Sebastião Justino da Silva, la-
vradores, residentes no distrito desta cidade, que aquela pri-
meira foi citada, como sucessora de seu finado marido Jero-
nimo Justino da Silva, para responder aos termos de uma ação
de anulação de escritura ~~de~~ reivindicação de terras, propos-
to perante esse juízo e pelo cartório do terceiro ofício por
Ascanio Afonso Diniz e outros contra José Gonçalves Filho e
outros. Além disto, sabem os suplicantes que João Alves Moisi-
nho, também incluído entre os réus da referida ação, está cha-
mando à autoria os peticionários, como sucessores universais,
que efetivamente são, do finado Jerônimo Justino da Silva, de
quem o dito João Alves Moisinhas comprou sua parte no imó-
vel objeto daquela ação. Os suplicantes, dando-se por cientes
deste chamamento à autoria, dispensam a citação para este fim,
requerida a V. Excia. pelo mesmo João Alves Moisinhas, e, por sua
vez, nos termos do art. 95 do c.p.c., e seus parágrafos, querem
chamar à autoria, como ora o fazem, o senhor Bebiano Pinto Fiu-
za e sua mulher, dos quaes os falecido Jerônimo Justino da
Silva comprou sua parte no imóvel em questão. Requerem, pois,
que, com suspensão do curso em lide, se digne V. Excia. de or-
denar a citação do sr. Bebiano Pinto Fiuza e sua mulher, resi-
dentes em Dorcas do Indaiá, para virem defender a propriedade
da coisa por eles vendida e acompanhar a causa em todos os
seus ulteriores termos, para os fins e sob as cominações de
direito. J. está, com os inclusos documentos, aos autos respec-

97
A-49

7

4
Dores

3

Paulista

respectivos, P. deferimento. Abaeté, 29 de maio de 1944. P.P.

(Assinado) José Alves de Oliveira (inscrição nº 383). "Na re-
ferida petição, dei o seguinte despacho: "Como requerem. A-
baeté, 29-Maio-1944. (Assinado) P. Chaves." C U M P R A - S E.

Dado e passado nesta cidade, termo e comarca de Dorés do In-
daia, Minas, aos doze (12) de Junho de mil, novecentos e quaren-
ta e quatro (1.944). Eu, Djalma Melgaço Fonseca,
escrivão do 2º ofício, a datilografei, conferi e assino por
ordem do M.M. Juiz.

Djalma Melgaço Fonseca
Má dego; ciente
Martha Xavier de Jesus

Certidão

Certifico e dou fé que em cumprimento
do presente mandado, citei nesta cidade
a. Bebiano Pinto Souza, e no distrito de Es-
trela desta comarca, citei também sua
mulher, dona Martha Xavier de Jesus, por
tudo o conteúdo do mandado do que.
ficaram cientes, Dorés do Indaia, vinte
de julho de mil novecentos e quarenta e
quatro. O Oficial de Justiça
Manoel Gomes da Silva

C. 40,00
D. 12,00
J. 6,00
Total 58,00

CONCLUSÃO

24 julho - 44

Estes autos conclusos

ta comarca de Dorés do Indaia, Minas, aos doze (12) de Junho de mil, novecentos e quarenta e quatro (1.944). Eu, Djalma Melgaço Fonseca,
escrivão do 2º ofício, a datilografei, conferi e assino por ordem do M.M. Juiz.

CH. P. de Moraes

0,50.

Contados, selados e pre-
mados, com audiência
social e conclusos.

245-7-1944.
Fernando Pinto Quintas.

0,50.

RECEBIMENTO
26 de Julho 44
es autos. Fernando Quintas,
escrivão,

0,50.

RECEBIMENTO
26 de Julho de 1944
contador. Fernando Quintas,
escrivão.

Dorobion com a conta
Dores da Indaia, 7 de Julho de 1944
Quilates Felipe de Sousa.

0,50.

RECEBIMENTO
27 de Julho 44
es autos. Fernando Quintas,
escrivão.

0,50.

JUNTADA
27 de Julho 44
a conta —
Fernando Quintas,
escrivão.

“CONTA”

Lei nº. 1007, de 26 Setembro de 1927

Ao Juiz *Dr. Amador* (Tab. III)

Assinaturas fs. *mandado* (nº. 23/25) \$ *0,25*

Inquirição de testemunhas () (nº. 24) \$

Julgamento fs. (nº. 15 a) \$

10 o/o \$ *0,05*

Ao Coletor Estadual \$

Parecer a vencer c| 10 o/o \$ *2,20*

Ao Adv. Dr. (Tab. VI)

Petições fs. (nº. 60) \$

Requerimentos em audiencia (nº. 68) \$

Inquirição de testemunhas (nº. 67) \$

Artigos fs. (nºs. 61, 62) \$

Razões fs. (nº. 63) \$

Impugnação e sustentação de embargos (nº. 64) \$

Minuta ou contraminuta fs. (nº. 65) \$

Assistencia fs. (nº. 69) \$

Selos empregados \$

Ao Adv. Dr. (Tab. VI)

Petições fs. (nº. 60) \$

Artigos fs. (nºs. 61, 62) \$

Razões fs. (nº. 63) \$

Impugnação e suspensão de embargos fs. (nº. 64) \$

Minuta ou contraminuta fs. (nº. 65) \$

Inquirição de testemunhas (nº. 67) \$

Requerimentos em audiencia (nº. 68) \$

Assistencia fs. (nº. 69) \$

Selos empregados \$

Ao Adv. Dr. (Tab. VI)

\$

\$

\$

\$

\$

Ao Escrivão *Jonseu* (Tab. VIII)

Autuação (nº. 103) \$ *2,00*

12 termos pequenos (*8* a vencer) (nº. 125 f) \$ *6,00*

Certidões fs. (nºs. 106, 107) \$ *16,30*

Mandado e rasas fs. *40* (nº. 118 b) \$

Termos fs. (nº. 125 g, h) \$

Inquirição de testemunhas (nº. 116) \$

Rubrica de *9* folhas *2* finais (nº. 124) \$ *0,90*

A vencer: 1 guia 1\$, e *1* certidões *5* (nºs. 106, 107, 112) \$ *6,00*

10 o/o s| estas contas \$ *3,10*

\$ *34,30*

Transporte

46,80

Transporte		\$	46,80
Ao Escrivão	(Tab. VIII)		
		\$	
		\$	
		\$	
		\$	
		\$	
		\$	
Ao Contador	(Tab. XIII)		
Distribuição fs.	(nº. 171)	\$	3,00
Conta de juros fs.	(nº. 164)	\$	
Desta conta	(nº. 159)	\$	3,00
100/o s/estas custas		\$	0,60
Ao Avaliador	(Tab. XIV)		
Avaliações fs.	(nos. 174, 5, 6)	\$	
100/o		\$	
Ao Depositario	(Tab. XV)		
Premio de deposito fs.	(nº. 178)	\$	
100/o		\$	
Ao Oficial	(Tab. XVI)		
Certidões fs.	(nos. 180, 4, 5)	\$	
pregões em audiencia	(n. 187)	\$	
Conduções autos	(nº. 192)	\$	
Autos fs.	(nº. 182)	\$	
Abertura audiencia fs.	(nº. 191)	\$	
100/o s/estas custas		\$	
Ao Oficial	(Tab. XVI)		
Diligencia fs.	(nº. 184,5)	\$	58,00
2 Condução de autos (1 juiz)	(nº. 192)	\$	8,00
Abertura audiencia fs.	(nº. 191)	\$	
100/o s/estas custas		\$	6,60
Ao Estado, a recolher:		\$	2,00
Do Juiz		\$	0,30
Do Coletor		\$	2,20
100/o custas contadas		\$	10,30
Sêlos de 9 fs., inclusive 2 a vencer		\$	18,00
Idem de petições		\$	
Total das Custas....		\$	32,80
		Cr\$	158,80

Dores de Indaiá, 26 de julho de 1944

O Contador

General Felipe de Sousa

99
9
Rauzeau

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, por todo o conteúdo
da conta retro, intimei, nesta data, o
M. de Rodolfo Argolo Castro.

9,00.

Dores do Indaiá, 27 de julho de 1944.
escrivão, *Paulo Rauzeau*

Exemplar. Dores - 27-7-1944. (27)

Rodolfo Argolo Castro

Recebi do M. de Rodolfo
Argolo Castro a impor-
tância de cento e cinquenta
e oito cruzeiros e oitenta cen-
tavos (Cr\$ 158,80), para paga-
mento da conta retro.
Dores, 16 de Agosto de 1944.

Prescrição do 2º. Ofício,
Paulo Rauzeau

GUA

Cr 32,80

11,00

16 Agosto - 44
Maria de Lourdes Silva Lima

RECEBIMENTO

0,50. Aos 17 de Agosto - de 1944, recebi
destes autos. Eu, Maria de Lourdes Silva
Lica, escrevente, - o escrevi.

JUNTADA

0,50. Aos 17 de Agosto - de 1944, jun-
to a estes autos. o Talão - em franco. Eu,
Maria de Lourdes Silva Lica, - o escrevi.



RECEITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exercício de 1944

100
Dígitos100
Dígitos

Francisco Moura)

105553 *

DIVERSOS

Sêlo de auto 30 \$ 00

Assinatura do "Minas Gerais" \$

Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial \$

Imposto sobre Turismo e Hospedagem \$

\$

\$

\$

\$

\$

Multa \$

Sêlo do conhecimento de quita 2 \$ 00

Total 32 \$ 80

Fica debitada ao coletor a importância de

trinta e dois

rezeiros e oitenta centavos

recebida de escrevente do 2º ofício

proveniente de autos nos autos de

contas precatórias para citações

de Melbromes Port Figueira e Af. Moura

Coletoria Estadual de

em 17 de Agosto de 1944

O Coletor,

O escrivão,

- Devolução -

Aos vinte e um (21) de agosto de
 mil, novecentos e quarenta e quatro
 (1.944), devolvo estes autos ao M. M. juiz
 deprecante. Eu, Maria de Lourdes Silva
 Lima, escrevente, o escrevi.

- Devolvidos -

Junte-se aos autos.

Abate, 23 agosto 1944

Assinatura

Assinatura

- Conclusão -

Obs visto e quatro de agosto
de 1944, faço estes autos em-
clausa ao Ex. Sr. Juiz do
Distrito de emaran. O es-
crível, Antasem.

Em
referência
Antasem

- Conclusão op. D. D. D. -

Em

1115 Antasem

Obs visto de setembro de
1944, firmo a estes autos
em uma publicação em frente.
O escrivão, Antasem

0,50
outy

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

113
Cm. 10/9

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

Por seu procurador, dizem Artur Ferreira da Silva, José Joaquim de Borba e João Alves Moisinho que, - citados para responderem aos termos de uma ação de anulação de escritura de compra e venda e consequente reivindicação de terras, que aos suplicantes e outros movem Ascanio Afonso Diniz e outros, pelo cartório do 3º ofício desta cidade, - foram sucessivamente chamando à autoria seus respectivos antecessores, alguns dos quais (Pedro José de Alcantara, Maria Praxedes de Jesus, Antonio Justino da Silva e Sebastião Justino da Silva) acabam de contestar a ação.

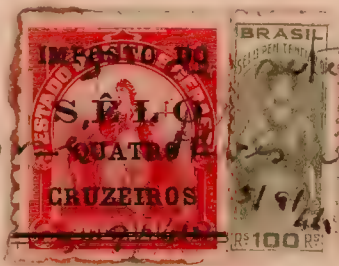
Podendo os denunciantes intervir na causa como assistentes do chamado à autoria (Jorge Americano, Cod. do Proc. Civil, vol. I, p. 192), vêm os peticionarios requerer se digne V. Excia. de admitil-os como tais, nos autos da mencionada ação.

Desde já declaram que, conhecendo os termos da contestação oferecida por José Gonçalves Filho e sua mulher, a fls. 80 a 83 dos ditos autos, os suplicantes a adotam integralmente como sua, tanto na fundamentação como nos pedidos, e nada mais têm a acrescentar àquela peça.

Pedem mais se digne V. Excia. de mandar juntar esta aos autos respectivos, para os fins de direito.

PP. Deferimento.

Abaeté,



19 de setembro de 1946
José Alves de Oliveira (inscrito nº 383)

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

104
Em ta

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

Por seu procurador, dizem Pedro José de Alcântara, Maria Pra-xedes de Jesus, Antonio Justino da Silva e Sebastião Justino da Silva, - nos autos da ação de anulação de uma escritura de compra e venda e de reivindicação de terras, movida contra os suplicantes e outros por Ascanio Afonso Diniz e outros, pelo cartorio do 3º officio desta cidade, - que oportunamente cha-maram á autoria seus antecessores Bebiano Pinto Fiuza e sua mulher.

Estes, apesar de regularmente citados, não compareceram em Juizo nos dez dias seguintes á devolução da carta precatória citatória, pelo que compete aos peticionarios defender a causa até final, nos termos do art. 98 do c.p.c..

Assim, vêm os suplicantes declarar a V. Excia. que contestam a referida-ação e adótam como sua, tanto nos fundamentos como nos pedidos, a contestação apresentada pelos corréus José Gon-çalves Filho e sua mulher, que se vê a fls. oitenta (80) a oi-tenta e tres (83) dos autos.

Requerem, pois, que a estes se junte a presente petição, pa-ra os fins de direito.

PP. Deferimento.

Abaeté, 5 de



de 1966

P. J. José Alves

Oliveira (inscrição nº 383)



Conclusões

Em treze (13) de setembro de 1944, foram estes autos arquivados no Com. J. P. Luiz de Lencastre da comarca de Coimbra, Portugal.

- Encerram-se estes autos -

Tendo como improcedente a arguição prescricional do recar, pois o acto alienativo, cuja validade se pleiteia nesta causa, não é o domínio do art. 145 do código civil. Nesta hypothese, a prescrição se consuma no prazo fixado no art. 144 do referido código, ainda não decorrido, sendo-lhe inapplicavel a prescrição de quatro annos, prevista no art. 148 § 2º n.º 5 letra-b.

Nesta conformidade decide o Tribunal de Justiça de S. Paulo a sentença que o facto de haver de quem vendido, por erro ou dolo, bem pertencente a terceiro não torna prescricional em quatro annos a acção do verdadeiro proprietario para reivindicar o que de direito lhe pertence. Rev. Forum - 96-109.

Não encontrou nulidade a pronuncia, nem irregularidade a sanar. Citando as partes legitimamente representadas marco para audiencias de instrucção e julgamento o dia 20 de Out.

tubo, ai 11 horas. Bellaram se parte que
prova putredum proangir. Lutuine. u.
Sbarte, 22. Setembro 1944.

Bellaram

- Data -

0,50
m

Recebi estes autos em 22 de
Setembro de 1944. Receivã,
Custas

Ciente. Abarte, 22-IX-1944. José Alves de Oliveira,

- Certidão -

5,00
m

Certifico e dou fe que por
três o conteúdo do despacho
retor, intimar, hoje, nesta
cidade, o advogado Fritu José
Alves de Oliveira, procurador
do Res, do que se tudo fi-
cou bem, ciente. O referido é
verdade. Abarte, 22 de Setembro
de 1944. Receivã,
Martim Alves da Silva Custas

- Intada -

0,50
m

Em vinte e dois de Setembro
de 1944, junto a estes autos
a putredum em parte. O receivã,
Custas

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

106
Antes

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

7. por autor, tome-se por termino o recurso.

Abaeté, 23 Setembro 1944.

Requero

Por seu procurador, dizem José Gonçalves Filho, sua mulher d. Maria das Dôres Gonçalves, Pedro José de Alcântara, Celestina Soares de Almeida, João Ferreira de Matos Filho, Antonio Ferreira da Costa, José Joaquim de Borba, João Alves Moisinho, Maria Praxedes de Jesus, Antonio Justino da Silva, Sebastião Justino da Silva e Artur Ferreira da Silva, - nos autos da ação de anulação de uma escritura de compra e venda e de reivindicação de terras, movida contra os suplicantes por Ascanio Afonso Diniz e outros, pelo cartório do 3º ofício desta cidade, - que foram intimados hontem do despacho saneador, no qual V. Excia. houve por bem julgar saneado o processo, decidindo serem legítimas as partes e improcedente a alegação de prescrição da ação, feita pelos suplicantes.

Dêsse despacho saneador, data venia, querem os peticionários interpor, como ora o fazem, agravo no auto do processo para a Egrégia Câmara Civil do Tribunal de Apelação deste Estado, afim de que a questão possa ser novamente examinada e decidida em segunda instancia, si até lá chegar o feito.

Razões

Os Autores, evidentemente, cumularam duas ações: anulação de uma escritura de ratificação de um anterior instrumento público de contrato de compra e venda e, como consequencia, reivindicação das terras objeto daquela escritura. Depois de proposta a demanda, e ao falarem sobre a contestação, os Autores restringiram seu pedido ao pronunciamento da nulidade da escritura, - alteração inadmissivel, á vista do disposto no art. 181 do c.p.c.. Mas esta tentativa de alijamento de uma ações propostas serviu para frisar bem a importancia que os Autores atribuem á ação de anulação da escritura de compra e venda.

Ora, já que o fundamento unico desta ação é (segundo pretendem os Autores) haver o procurador do cel. Olinto Diniz excedido o mandato, ao ratificar a venda feita a Licurgo José de Bastos, a ação só podia ser movida pelo dito cel. Olinto ao referido Licurgo, - unicas pessoas que figuraram como partes na escritura a ser anulada!

Para esta ação de anulação da escritura, tanto os Autores como os Reus são partes ilegítimas, porque nenhum destes ou daqueles figurou, a qualquer titulo ou de qualquer geito, na escritura cuja nulidade se pleiteia; nenhum dêles é sucessor universal dos vendedores ou do comprador, todos ainda vivos; e a nenhum dos Autores o cel. Olinto Diniz cedeu o direito, que acaso tivesse, de pleitear a anulação da escritura em foco. A ilegitimidade de partes é, pois, evidente.

Quanto á prescrição desta ação, que o MM. Juiz julgou não se ter verificado ainda, reportam-se os suplicantes ás alegações feitas na preliminar, por êles levantada na contestação de fls.

, alegações que tornam parte integrante desta petição: si tivesse havido excesso de mandato, na outorga da escritura de ratificação (o que os peticionarios insistem em negar), tal escritura não seria plenamente nula, e sim apenas anulavel, conforme já decidiu o Egrégio Tribunal de Apelação de Minas, em

acórdãos publicados na Rev. For., v. 42^o, pp. 488 a 498; e, assim, o prazo para a decretação da nulidade seria só de quatro anos (art. 178, paragr. 9^o, n. V, do c.c.), achando-se extinto há muito tempo.

Pelo exposto, pedem os suplicantes que, conhecendo do presente agravo, a Egregia Camara Civil julgue tanto os Autores como os Reus partes ilegítimas para a ação de anulação da escritura de ratificação de venda e, em consequencia, absolva os Réus da instancia, nos termos do art. 201, n. VI, do c.p.c., combinado com o art. 160 do mesmo código, condenando os Autores ao pagamento das custas e honorários do advogado dos Reus (art. 205 do c.p.c.).

Quando não dê por essa ilegitimidade de partes, pedem os suplicantes seja decretada a prescrição da ação, que o despacho agravado julgou improcedente.

Requerem, pois, os peticionários ao MM. Juiz que se digne de mandar juntar esta aos autos e tomar por termo o agravo, na conformidade do disposto no art. 852 do c.p.c..

PP. Deferimento.

Abaeté, 23

P. P. J. J. J.



setembro de 1964

S. P. J. J. J. de Oliveira

(inscrição n.º 383)

104
Outras

- TERMO DE AGRAVO -

Aos vinte e tres dias do mes de setembro de mil e novecentos e quarenta e quatro, nesta cidade de Abaeté, em meu cartorio, compareceu o advogado doutor José Alves de Oliveira, por parte de seus constituintes José Gonçalves Filho, sua mulher dona Maria das Dões Gonçalves, Pedro José de Alcatara, Celestina Soares de Almeida, João Ferreira de Matos Filho, Antonio Ferreira da Costa, José Joaquim de Borba, João Alves Moisinbo, Maria Praxedes de Jesús, Antonio Justino da Silva, Sebastião Justino da Silva e Artur Ferreira da Silva, e por ele foi dito que, na forma de sua petição de folhas cento e seis e verso, que fica fazendo parte integrante deste termo, agravava, como de fato agrava, nos autos do processo, para a Egregia Camara Civil do Tribunal de Apelação deste Estado, do despacho saneador proferido a folhas 105 e verso dos presentes autos, que julgou saneado o processo, decidindo serem legitimas as partes e improcedente a alegação de prescrição da ação, tudo com os fundamentos contidos na referida petição. Assim o disse, do que dou fé. Para constar, fiz este termo que assina com as testemunhas abaixo.

Eu, *Martinho Alvares da Silva Coutinho*,
escrivão do terceiro officio, o datilografei e subscrevi.

Jose Alves de Oliveira
* *Antonio do Monte Tornado*
* *Jose Teixeira Funes*

- Certejão -

Certejão e dou fé que por todo o conteúdo do despacho de folhas 105, insinuado, hoje, nesta cidade, o advogado Dr. Rodolfo Vargas de Castro, procurador dos autos, do que se trata ficou bem ciente. O referido é verdade. Abaeté, 25 de Setembro de 1944. O certificador,
Martinho Alvares da Silva Coutinho.

0.1
0.08

Introducción
En veinte y cinco de Setiembre
de 1904, junto a otros autos
a petición y carta que
acompañante se seguía. El ex-
cudai. En tagu

108
contas

Exmo.Snr.Dr.Juiz de Direito da Comarca de Abaeté.

*Venha nos autos, ouvida a parte contraria
Abaeté, 25- Setembro 1944.*



Dizem Olintho Afonso Diniz, Oswaldo Afonso Diniz e outros, que pelo cartorio do 3°.oficio corre uma ação que movem contra Pedro José de Alcantara e outros, e tendo os suplicantes adquirido a parte pertencente a Pedro Jose de Alcantara, com escritura passada, e tendo tambem adquirido as partes dos demais réus, não lhes convem o proseguimento da ação, e requerem a V.Ex.seja tomada por termo nos autos a desistencia da ação, e sejam os autos contados selados e preparados para o jugamento da ação, na forma da lei.

Com um documento.

P.deferimento e j.

Abaeté, 25 de setembro de 1944.

Rodolfo Angelo Costa

Dr. Rodolfo Argolo.

Visitas.

109
out 48

Tendo recebido uma escritura do Snr Pedro Jose de Alcantara,
réo na ação que lhe movemos pelo fôro de Abaeté e a outors, por
meio desta lhe autorisamos a Resistir da ação intentada.
Para se documento firmamos a presente autorização.

Dores do Indaia, 21 de setembro de 1944

Alfredo Gomes Diniz
Alvaro de Aguiar Diniz



110

Doutor

M. Tada

Obra vista e sete de 0,50
Setembro de 1944, fues. onde
diz, junto a estes au-
tos a petição em
frente. D. Mendes,
Cruzamento

Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito de Abaete.

111

Quinta

*Ouvide e accorde a parte contraria, tome-se por
termo a desistencia.*

Abaete, 24 Setembro 1944

M. M. M.

Dizem Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz e Osvaldo Afonso Diniz, na ação ordinaria que movem a José Gonçalves Filho, Bibiano Pinto Fiuza e outros, que de acordo com uma petição junta aos autos, ~~que~~ desistem da ação intentada, e desde já se comprometem a jamais intentarem contra os mesmos outra demanda sobre as terras origem da presente ação, mesmo porque já entraram em acordo com os mesmos, adquirindo todas as partes que são possuidores. Pedem que se estiver de acordo com o requerido o advogado da parte contraria, sejam contados os autos e preparados para julgamento da desistencia.

P. deferimento e j.

Abaete,



de 1944

Castro

112
outy

- VISTA -

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil e novecentos e quarenta e quatro, faço estes autos com vista ao advogado doutor José Alves de Oliveira, procurador da parte contrária. O escrivão, *Antônio*

0, 1^o
outy

- VISTA -

Tendo em vista o compromisso de não mais renovar os Autos a demanda, assumido na petição de fl. 111, concorda, por meus constituintes, com a desistência da ação.

Abeté, 27 de setembro de 1944.

José Alves de Oliveira

- DATA -

Na mesma data supra, recebi estes autos. O escrivão, *Antônio*

0, 1^o
outy

- TERMO DE DESISTENCIA DA AÇÃO -

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil e novecentos e quarenta e quatro, nesta cidade de Abeté, em meu cartório, compareceu o advogado doutor Rodolfo Argolo de Castro, por parte de seus constituintes Ascanio Afonso Diniz, Olinto Afonso Diniz, Josias Afonso Diniz, e Osvaldo Afonso Diniz, e por ele foi dito que, de acordo com as suas petições de folhas cento e oito e cento e onze, que ficam fazendo parte integrante deste termo, desistia da presente ação que movem contra José Gonçalves Filho, Bebiano Pinto Fiuza e outros, comprometendo-se a jamais intentarem contra os mesmos outra demanda sobre as terras origem da presente ação, tudo de acordo com a referida petição de folhas cento e onze. Assim o disse, do que dou fé. Para constar, fiz este termo que assinam com as duas testemunhas abaixo. Eu, *Martinho de Souza da Silva* Escrivão, escrivão do terceiro officio, o datilografar e

3, cr
outy

subscrevi, ficando esclarecido que fica tambem fazendo parte integrante deste termo, o parecer reto do advogado doutor José Alves de Oliveira, procurador dos réus.

Rodolfo Augusto Bastos
Antonio do Monte Furtado.
José Teixeira Nunes

- Conclusão -

0, 50
out
h. 100
em vinte e nove de setembro de 1944, fues estes autos encerrados no Ex. S. J. Juiz de Direito. O escrivão, Contasun
- encerram o pl. Jutra

Contador os autos, sellados e preparados voltam concluidos com audiência do collector testamental.

Praça, 29. Setembro 1944

Pelham

- Data -

0, 50
out
Recebi estes autos em 29 de setembro de 1944. O escrivão, Contasun

0, 50
out
em dois de outubro 1944, junto a estes autos e juntar em frente. O escrivão, Contasun

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO

113
Antes

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

homo requirunt.

Abaeté, 2- Outubro 1944

Requero

Por seu procurador, dizem José Gonçalves Filho, Pedro José de Alcantara e os de mais réus, na ação de anulação de escritura de compra e venda e reivindicação de terras que aos suplicantes moveram Ascanio Afonso Diniz e outros, pelo cartorio do 3º officio desta cidade, que a instancia findou, pela desistencia dos Autores, já tomada por termo.

Assim, vêm os suplicantes requerer que, uma vez homologada a desistencia, sejam desentranhados e entregues ao seu procurador abaixo assinado todos os documentos, com que instruíram sua defesa, na referida ação.

Pedem mais que as despesas resultantes desse desentranhamento sejam levadas em linha de custas, na conta do feito, já ordenada por V. Excia..

J. esta aos autos,

PP. Deferimento.

Abaeté, 2

A. P. J. J. J.



Outubro de 1944

de Oliveira

(inscrição nº 383)



- Remessa -

Em seis de outubro de 1914, 0,12
remeto estes autos ao senhor
Antônio. Recebido, Antas
+ Remessas -

Receta

Ao M. M. Juiz D. R. L. L. L.

Mand. p. 132/3, da proc. e discuss. p. 105 9.00
Decisão final 2.50 11.50

Ao C. A. L. L.

Carta e p. p. a.

3.00

Des. a. p. de justiça

Outra cert. p. 25 e transp. p. 161, 105 e af.

152.00

Quin. transp. p. 87 e 90

8.00

Do cont. de aluguel

Des. da banca e desta

9.00

Do des. de o. p. e. f. e. t. o.

Cart. e mand. p. 23

23.00

Cartas a. p. 24-69 e 77.

130.40

Mand. p. 73 e cert. p. 89, 105 e 107

37.00

Fecund. p. 109 e 112, mais 35 p. 77

23.50

114 rub. e custas que acer.

24.60

Do des. de o. p. e. f. e. t. o.

35.00 275.50

Ao Estado

S. 459.00

Do Juiz e C. A. L. L.

14.50

10% do D. R. 126.

45.90

Selos de 30 p. com 3 a. e. g.

60.00

Imposto de causa (não pago).

4.00 620.40

Des. p. p. e. f. e. t. o.

10% do D. R. 126-

45.90

Selos de educação e p. p. o.

0.50

A transportar

1.125.86

Handwritten notes on the left margin, including "1890" and "1891".

Handwritten notes on the left margin, including "1892" and "1893".

Main body of handwritten text, appearing to be a list or journal entry, with some lines crossed out.

Handwritten text at the bottom center of the page.

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

1844

Transporte

Cdf 125,86

ao Adm. D. Argôlo

Diária p 2, mais 4 helicópteros

Cdf 38,00

Passagem p 88

" 46,00 x 68,00

Pago da praia p 99, e alor p 320, 76, 88 e 111.

\$ 181,66

ao Adm. D. José Alves

15 helicópteros p 8 e raio p 106.

\$ 130,00

Salas em 13 set, nas raio e cont.

Cdf 97,70

Pago ao Ede p. 84

x 41,26

Pago ao of. Pica p. 75

13,20 x 132,50

Da Constancia

Estado de custos D. Argôlo Cdf 34,00

Totale

Cdf 1.637,50

Tome " D. José Alves 65,06

1.637,50

Totale Cdf 99,00

Folha

Do Juez com 16%

Cdf 12,60

Polatim " 4

3,30

Lo of. Dutra " 4

16,20

Lo a Pica " 4

8,80

Polatim " 4

9,90

Do Escrivão " "

303,00

Abaceli 3-X-944.

B. Valentim

Data

Recebi estes recibos em 3 de outubro de 1945. O escrivão, Em tesouro.



RECEITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exercício de 1945

Francisco W. W. W.

471177 *

DIVERSOS

Sêlo de 100 \$ 10

Assinatura do "Minas Gerais" \$

Imposto sôbre Exploração Agrícola e Industrial \$

Imposto sôbre Turismo e Hospedagem \$

\$

\$

\$

\$

Multa \$

Sêlo do conhecimento \$

Total \$ 10Fica debitada ao coletor a importância de de 100de 100recebida de de 100proveniente de de 100de 100de 100de 100de 100de 100Coletoria Estadual de Abaetéem 11 de Out de 19 45O Coletor, de 100O escrivão, de 100

111

Me
Couto

- Certidão -

Certifico e dou fe - que o
preparo destes autos foi feito
hoje que adrogado sou eu
José Alves de Oliveira, no
total de cr. 1.431, 90 / um
mil e quatrocentos e trinta
e um cruzados e vinte
centavos, sendo desenta-
do os centavos no adrogado
Sr. Rodolfo Augusto. O referi-
do é verdade. Alvaes, 11
de Abril 1945. O escrivão,
Martinho Alves de Silva Coutagem

- Vista -

e os vize em abril de
1945, fues estes autos em
vista no senhor Colator. O
escrivão, Coutagem
Vista, al. 3. 11.

Concordo com a conta.
Alvaes, 11 de Abril de 1945.
O Colator, Geraldo Audelay.

- Luta -

Recebi estes autos em
11 de abril de 1945. O
escrivão, Coutagem

2

1111 Tada
As vezes eu abrio eu abro;
junto a estas portas e talas
de selagem em frente. O es-
crivão, Gentilman

- Conclusão -

em treze de abril de 1945, faço
conclusão desta carta ao Ex.
Sr. Juiz de Direito da co-
marca. Il. Sr. Juiz, Cantagem
- Encelura 7-12-60 -

Victor:

Segue por minuta para que
produza um opposto legal
a distribuição da acção, requie-
rida pelos autores e tomada
por termo a p. 112, pagar as
custas pelos desistências.

Seguem desentranhados e entre,
que aos seus os documentos
que juntaram aos autos, como
esta requerido a p. 113, que
o termo de recebimento.

P. e intimam-se as partes.

Boa Viç, 14 de abril de 1945.

Pedro Chaves

- Luta -

Recebi esta carta em
14 de abril de 1945.
O Sr. Juiz, Cantagem

Ciente. Desisto do prazo para recurso.

Boa Viç, 17-IV-45.

José Alves de Oliveira

120
Outaf

mm. toda
com cinco de outubro
de 1945, junto a estes
centos a petição em
fronte. U. vicinai, Cantagosa

0,50
outaf

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

haver requir

Abaeté, 5- Outubro 1945.

Requer

Diz o abaixo assinado, advogado neste fôro, que, tendo sido incumbido por José Gonçalves Filho e outros da defesa de seus direitos, na ação de reivindicação de terras contra eles movida por Ascanio Afonso Diniz e outros, contratou o serviço mediante os honorários de dez mil cruzeiros, a serem pagos por todos os seus constituintes, na proporção do quinhão de cada um, no imóvel reivindicando.

No desempenho deste mandato, fez o suplicante diversos chamados á autoria e contestou a causa, após o que os Autores desistiram do prosseguimento do feito, obrigando-se a não mais renova-lo, desistencia com a qual concordaram todos os constituintes do suplicante.

Assim ultimado o processo, quer agora o peticionario receber seus honorarios e, como medida preparatória, vem requerer se digne V. Excia. de mandar que o sr. contador proceda ao rateio da referida importancia entre os diversos constituintes do suplicante, de maneira a ficar constando dos autos a quantia que cada um deles tem a pagar ao peticionario.

J. esta aos autos, arquivados no cartorio do 3º officio,

P. Deferimento.

Abaeté, 4

P. J. José



Outubro de 1945

de Oliveira

(inscrito n.º 383)

- Remessa -

Abn cines de outubro de 1945,
uneto estes autos em
Contador. O. naivaõ, Contagem

0,12
af

- Remetidos -

Petio na forma de requerimento a p/21. a saber

Importancia a receber R\$ 10.000,00

Sue carros leude a:

Pedro Jose de Albuquerque	R\$ 3.500,00
Jose Goncalves Filho	R\$ 3.300,00
Carina de Jesus e seus filhos	R\$ 1.100,00
João (does) Pinheiro	R\$ 700,00
Gelestan Soares de Almeida	R\$ 400,00
Artur Ferreira da Silva	R\$ 300,00
Jose Magnum de Silva	R\$ 300,00
Anterreira de Sales Filho	R\$ 200,00
Antonio de Silva da Costa	R\$ 200,00

R\$ 10.000,00

Recb. 5-7-945
O. naivaõ

R\$ 10,00
Contagem

- Data -

Recbi estes autos em 5 de
outubro de 1945. O. naivaõ,
Contagem

Montado

100 An trinta de abril de 1946, junto
a estes autos se peticiu em
frente. E escrevai, Custas em

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Abaeté

como requer.

Abaeté, 30. abril 1946

Muniz

Por seu procurador, José Gonçalves Filhos e todos os demais réus, na acção de reivindicação que lhes moveram Ascanio Afonso Diniz e outros, pelo cartorio do 3º officio desta cidade, vêm requerer se digne V. Excia. de ordenar o desentranhamento e devolução aos suplicantes dos documentos com que instruíram sua defesa, sem dependencia de traslado, uma vez que os Autores desistiram do prosseguimento da acção, antes da instrução da causa.

J. esta aos autos,

PP. Deferimento.

Abaeté, 30



P. p. José Gonçalves Filhos

de abril de 1946

de Oliveira

(inscrito n.º 383)

- Certidão -

Certifico que, em cumprimento
 ao despacho dado à petição re-
 tro, desentranhei destes autos,
 div. autos e entregues ao re-
 querente, os documentos ou
 folhas de folhas 27, 29/30, 31/32, 34
 e 35, 38/41, 43, 44 e 45, 48/49, 50/51,
 e 54/55, e 58/59, 60/61, 62/63 e 64/65,
 digo, 64/66, e 69, documentos es-
 tes que ilustraram as pe-
 tições de fs. 26, 28, 33, 34, 42,
 46, 52, 56 e 67. O referido é
 verdade, do que dou fe. certa;
 9 de Maio de 1946. O escrivão,
 Martinho Alves da Silva Coutinho

